



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ
Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

RAQUEL FERNANDES TAVARES

**O PERFIL DO ARQUIVISTA DA FORÇA AÉREA
BRASILEIRA DO RIO DE JANEIRO
ENTRE 2007 E 2015**

Rio de Janeiro

2015

RAQUEL FERNANDES TAVARES

**O PERFIL DO ARQUIVISTA DA FORÇA AÉREA
BRASILEIRA DO RIO DE JANEIRO
ENTRE 2007 E 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, na área de concentração Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Priscila Ribeiro Gomes.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Anna Carla Almeida Mariz.

Rio de Janeiro

2015

T231 Tavares, Raquel Fernandes

O perfil do arquivista da Força Aérea Brasileira no Rio de Janeiro entre 2007 e 2015 / Raquel Fernandes Tavares. – Rio de Janeiro, 2015.
88 f.: il. color.

Dissertação (Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos). – Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio do Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Área de concentração: Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dra. Priscila Ribeiro Gomes.
Coorientador: Prof. Dra. Anna Carla Almeida Mariz.

1. Perfil profissional. 2. Arquivologia. 3. Sociologia das Profissões. 4. Força Aérea Brasileira.

I. Gomes, Priscila Ribeiro (orient.) II. Mariz, Anna Carla Almeida (coorient.) III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro IV. Título.

RAQUEL FERNANDES TAVARES

**O PERFIL DO ARQUIVISTA DA FORÇA AÉREA
BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO ENTRE 2007 E 2015**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos, na área de concentração Arquivos, Arquivologia e Sociedade.

Aprovada em 11 de agosto de 2015.

Banca Examinadora

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Priscila Ribeiro Gomes.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Coorientadora:

Prof^a Dr^a Anna Carla Almeida Mariz.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinador
Interno:

Prof. Dr Luiz Cleber Gak
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Examinadora
Externa:

Prof^a Dr^a Lucia Maria Velloso de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Para meu amor, minha Vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas Graças alcançadas e pelos Dons recebidos. Peço somente ao Senhor mais sabedoria, paciência e força para enfrentar os desafios deste mundo.

Ao meu amor, minha inspiração. Em quem me espelho. Pois nessa caminhada eu não poderia estar sozinha, sem você, eu não conseguiria. Seu esforço e sua vontade de crescer me incentivam. E hoje, tudo que conquistei, tudo que sonhei, não sou só eu, mas nós em uma vida.

As orientadoras, Priscila Ribeiro Gomes e Anna Carla Almeida Mariz, pelas contribuições neste trabalho. Aos professores do PPGARQ pela dedicação, carinho e respeito pelos seus alunos.

Aos professores da banca, Luiz Gak e Lucia Velloso, pela disponibilidade e pelas generosas contribuições ao trabalho.

Aos amigos que o mestrado me deu: o melhor grupo. Agradeço a Deus por colocar pessoas que eu tive o prazer de conviver nesses dois anos de mestrado. Obrigada por surgirem junto comigo e não me deixarem sozinha nessa fase louca de nossas vidas.

À Kíssila Rangel e Duala Pessoa, minhas amigas queridas. Presente que a Universidade Federal Fluminense (UFF) me deu em 2006. O mestrado reforçou nossos laços e nos fez ter novamente o convívio diário. E, quem diria, a Força Aérea Brasileira (FAB) nos tornou irmãs de armas. Sou muito feliz por ter a parceria, o companherismo e a amizade de vocês.

Ao meu amigo Igor Garcez, não pelos finais de semana que “perdemos”, mas sim pelos finais de semana que ganhamos com muito estudo, risadas e pela expansão dos nossos conhecimentos gastronômicos.

Agradeço a todos os arquivistas da FAB lotados nas Organizações Militares da região do Rio de Janeiro que contribuíram para a realização desta pesquisa. Muito obrigada pela colaboração, pelos ensinamentos e pelo incentivo.

Às amigas Tenentes do III COMAR que me receberam de braços abertos e tornaram a vida na caserna, ao invés do predominante azul, mais rosa.

Às Tenentes-Coronel Ester da Nova e Vilma pelas conversas que muito esclareceram a vivência dos profissionais de Arquivologia na FAB.

Agradeço ao Coronel Luz, pela confiança nas missões designadas e por fazer o possível para tornar mais leve nosso ambiente de trabalho. Ao Capitão Monteiro e aos colegas de trabalho da Seção Auxiliar do III COMAR pelo incentivo, compreensão e ensinamentos quanto à vida militar.

Ao Coronel Fumiaki e aos militares do SERENS-3 pelo apoio, carinho e respeito.

Aos soldados da Força Aérea Brasileira, Cláes e Mendes, que não medem esforços para cumprir a missão da Subseção de Arquivo Geral do III COMAR. Que abraçaram com amor, carinho e respeito o trabalho, que compreenderam meus momentos de estresse e ansiedade em meio aos prazos do mestrado, os serviços da subseção, as diversas escalas de serviço, formatura, representação... O meu muito obrigada pela parceria!

O arquivista é um profissional polivalente. Ele precisa ter um conhecimento ao mesmo tempo amplo e específico. Deve estar sempre atualizado com sua área de conhecimento e com os fatos do dia a dia. Deve conhecer e usar os recursos tecnológicos disponíveis, mas, principalmente, deve estudar sempre. E pensar.
(SILVA, 2006)

RESUMO

Na literatura Arquivística alguns autores sinalizam a respeito da escassa produção sobre a história dos arquivistas ou, ainda, sobre quem são e o que fazem estes profissionais. Desta maneira, o presente trabalho analisa as recentes convocações para ingresso de arquivistas na Força Aérea Brasileira (FAB) onde são apresentados, principalmente no ano de 2013, expressivos números de profissionais incorporados em todo o Brasil para esta Força Armada. Na cidade do Rio de Janeiro – região onde está localizado o Terceiro Comando Aéreo Regional (III COMAR) – destaca-se o maior número de vagas destinadas a contratação destes profissionais. Neste trabalho foi realizado um estudo de caso pautado na verificação dos atores e dos perfis dos profissionais de Arquivologia que fazem parte do corpo de militares no serviço ativo da FAB, na região do Rio de Janeiro, que tiveram seu ingresso na instituição entre os anos de 2007 e 2015. Como métodos utilizados para conhecer o perfil destes arquivistas foram realizadas visitas ao Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) com intuito de reunir informações sobre os profissionais responsáveis pelos arquivos da FAB; pesquisas no sistema de pessoal da Aeronáutica sobre dados destes profissionais; a análise dos dados obtidos através do sistema de pessoal militar; entrevistas com os arquivistas que no momento da pesquisa estavam como militares da reserva; e, como principal fonte de informações deste trabalho, a aplicação de questionários entre os meses de março e abril de 2015 aos arquivistas que estavam no serviço militar ativo da FAB. Como resultado da pesquisa foi exposta a trajetória dos profissionais destinados aos serviços de arquivo na referida instituição e conhecido o perfil do arquivista que atua na cidade do Rio de Janeiro ingressante na predita Força Armada no período compreendido entre os anos de 2007 até 2015.

Palavras-chave: Perfil Profissional. Arquivologia. Sociologia das Profissões. Força Aérea Brasileira.

ABSTRACT

In Archival literature some authors point about the scant literature on the history of archivists, or even about who they are and what they do these professionals. Thus, this paper analyzes the recent calls for entry of archivists in the Brazilian Air Force (FAB) which are presented, particularly in 2013, significant numbers of professionals incorporated in Brazil for this Armed Forces. In the city of Rio de Janeiro - the region where is located the Third Regional Air Command (COMAR III) - stand out the largest number of vacancies for hiring these professionals. In this paper we present a case study founded on the verification of actors and profiles of Archival professionals who are part of the military body in the assets of FAB service in the region of Rio de Janeiro, which had its entrance in the institution between the years 2007 and 2015. As methods used to understand the profile of these archivists visits were made to the Air Force Documentation Center (CENDOC) in order to gather information about the professionals responsible for the FAB files; research in the Air Force personnel system on data from these professionals; the analysis of data obtained through the military personnel system; interviews with archivists at the time of the survey were as retired military; and as a primary source of information of this work, the use of questionnaires between the months of March and April 2015 to the archivists who were in active military service of the FAB. As a result of the research was evidenced professional history for the file services in that institution and known archivist profile that acts in the city of Rio de Janeiro entrant in that Armed Forces in the period between the years 2007 to 2015.

Key words: Professional Profile. Archival Science. Sociology of Professions. Brazilian Air Force.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por OM – julho/2014	56
Gráfico 2 – Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por ano de ingresso	58
Gráfico 3 – Quantitativo de arquivistas no serviço ativo da FAB (Julho/2014)	59
Gráfico 4 – Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por OM – março/2015	61
Gráfico 5 – Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por quadro de ingresso – março/2015	64
Gráfico 6 – Número de arquivistas ingressantes na FAB por gênero	65
Gráfico 7 – Arquivistas segundo o sexo	66
Gráfico 8 – Número de arquivistas da FAB no Rio de Janeiro por gênero de acordo com o quadro de ingresso	67
Gráfico 9 – Arquivistas da FAB no Rio de Janeiro de acordo com a idade e quadro de ingresso na instituição	68
Gráfico 10 – Universidades de formação dos arquivistas atualmente no serviço ativo da FAB na região do Rio de Janeiro	69
Gráfico 11 – Arquivistas da FAB no Rio de Janeiro segundo grau de especialização	70
Gráfico 12 – Ilustrativo à experiência dos arquivistas da região do Rio de Janeiro no período anterior a entrada na FAB	71
Gráfico 13 – Escolha pela FAB – QOCon	72
Gráfico 14 – Escolha pela FAB – QCOA	73
Gráfico 15 – Arquivistas que desenvolvem atividades de acordo com sua especialidade	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Proposta de currículo para o CPA	31
Quadro 2 – Mudança de estrutura curricular do CPA	32
Quadro 3 – Lei e Decreto que regulamentam as profissões de Arquivista e Técnico de Arquivo	35
Quadro 4 – Universidades no Brasil com cursos de Arquivologia	38
Quadro 5 – Arquivistas no serviço ativo da FAB em julho de 2014.....	54
Quadro 6 – Arquivistas no serviço ativo da FAB em março de 2015	61
Quadro 7 – Atividades relacionadas aos arquivos desenvolvidas pelos arquivistas QCOA e QOCon	74
Quadro 8 – Outras atividades desenvolvidas pelos arquivistas QCOA e QOCon	77

LISTA DE SIGLAS

AAB	– Associação dos Arquivistas Brasileiros
AN	– Arquivo Nacional
ANAC	– Agência Nacional de Aviação Civil
BN	– Biblioteca Nacional
CBA	– Congresso Brasileiro de Arquivologia
CBO	– Classificação Brasileira de Ocupações
CENDOC	– Centro de Documentação da Aeronáutica
CFE	– Conselho Federal de Educação
CFRA	– Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica
CIAAR	– Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CIEAR	– Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica
COMAER	– Comando da Aeronáutica
COMGAP	– Comando-Geral de Apoio
CONARQ	– Conselho Nacional de Arquivos
CPA	– Curso Permanente de Arquivos
CPADAER	– Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo do Comando da Aeronáutica
DAC	– Departamento de Aviação Civil
DASP	– Departamento Administrativo do Serviço Público
DIRAP	– Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENG	– Diretoria de Engenharia de Aeronáutica
DIRINT	– Diretoria de Intendência
DIRMA	– Diretoria de Material da Aeronáutica
DIRMAB	– Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico
DIRSA	– Diretoria de Saúde da Aeronáutica
EAT	– Estágio de Adaptação Técnico
ECEMAR	– Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica
e-SIC	– Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FAB	– Força Aérea Brasileira

FEFIEG	–	Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara
FEFIERJ	–	Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FGV	–	Fundação Getúlio Vargas
FURG	–	Universidade Federal do Rio Grande
HFAG	–	Hospital de Força Aérea do Galeão
ICA	–	Instrução do Comando da Aeronáutica
III COMAR	–	Terceiro Comando Aéreo Regional
INCAER	–	Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica
MAER	–	Ministério da Aeronáutica
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
MHN	–	Museu Histórico Nacional
MPGA	–	Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos
MUSAL	–	Museu Aeroespacial
OM	–	Organização Militar
OVNI	–	Objetos Voadores Não Identificados
PDE	–	Padrão de Desempenho de Especialidade
PIPAR	–	Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica
PPGARQ	–	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
QCOA	–	Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica
QFG	–	Quadro Feminino de Graduadas
QFO	–	Quadro Feminino de Oficiais
QOCon	–	Quadro de Oficiais da Reserva de Segunda Classe Convocados da Aeronáutica
SAME	–	Serviço de Arquivo Médico e Estatística
SEGECAE	–	Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica
SERMOB	–	Serviço Regional de Recrutamento e Mobilização
SIGADAER	–	Sistema Informatizado da Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica
SIGPES	–	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal
SINAR	–	Sistema Nacional de Arquivos
SISG	–	Sistema de Informação e Serviços Gerais

SPADAER	– Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo do Comando da Aeronáutica
TACF	– Teste de avaliação do condicionamento físico
UEL	– Universidade Estadual de Londrina
UEPB	– Universidade Estadual da Paraíba
UFAM	– Universidade Federal do Amazonas
UFBA	– Universidade Federal da Bahia
UFES	– Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	– Universidade Federal Fluminense
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	– Universidade Federal do Pará
UFPB	– Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	– Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	– Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	– Universidade Federal de Santa Maria
UNB	– Universidade de Brasília
UNESP	– Universidade Estadual Paulista
UNIFA	– Universidade da Força Aérea
UNIRIO	– Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. UM BREVE PANORAMA SOBRE A ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA	21
2.1. O surgimento da profissão de arquivista no Brasil e as demandas no mercado de trabalho	28
3. O INGRESSO DE ARQUIVISTAS NA FORÇA AÉREA BRASILEIRA.....	40
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS	53
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	89
ANEXO A – UNIDADES DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NO RIO DE JANEIRO	92

1. INTRODUÇÃO

A produção de estudos sobre a história dos arquivos é vasta, porém, autores como Rousseau e Couture (1998) e Souza (2011) apontam em seus trabalhos que, em contrapartida, a realização de estudos sobre as relações entre o papel social dos arquivos, sua organização, o especialista que por eles é responsável – o arquivista – e o mercado laboral deste profissional é bastante escassa.

Vários autores estudaram um ou outro aspecto da história dos arquivos. Alguns interessaram-se particularmente pela sua história numa determinada época e pelas grandes instituições. Outros debruçaram-se sobre a sua evolução através dos tempos e preocuparam-se com as características específicas dos diferentes séculos. Poucos estudaram, contudo, as relações entre o papel social dos arquivos e a história das mentalidades, entre a organização dos arquivos e o pessoal que por eles é responsável e a história das instituições e das práticas políticas. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 29-30)

Neste sentido, para compor esta pesquisa foram realizadas leituras que reunissem uma breve história dos arquivos e dos arquivistas no Brasil. Em cada obra foi analisada a relação entre os termos arquivos, arquivistas e Arquivologia. Porém, com a organização do material, foi encontrada a mesma complexidade relatada por Delmas (2010) em seus estudos: a dificuldade em escrever sobre a história dos arquivos devido à falta de fontes e, além deste fator, a tarefa torna-se mais árdua quando discorremos sobre a história dos arquivistas, da mesma maneira que afirmam Rousseau e Couture (1998).

A partir do meu ingresso como arquivista da Força Aérea Brasileira (FAB)¹, no ano de 2013, no Quadro de Oficiais da Reserva de Segunda Classe Convocados da Aeronáutica (QOCon) observou-se o número de vagas oferecidas em concursos públicos e em editais de convocação. É importante destacar que no ano de 2013 foram incorporados à referida Força Armada 32 (trinta e dois) arquivistas em todo o Brasil. Deste número total, 17 (dezessete) ingressaram nas Organizações Militares (OM) localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Estes números são bastante significativos e expressivos e corroboram o crescimento das contratações de arquivistas no atual

¹ Tendo em vista a grande quantidade de siglas, optou-se por descrever as mesmas num primeiro momento e após utilizar somente as siglas.

cenário brasileiro, onde Souza observa (2011) a ampliação das oportunidades de trabalho para o profissional de Arquivologia, entretanto a autora sinaliza: “no entanto, pouco se sabe sobre quem são e o que fazem os profissionais oriundos dos cursos de Arquivologia, os arquivistas”. (SOUZA, 2011, p. 13)

Isto posto, apresentaram-se inquietações que originaram esta pesquisa acerca do perfil dos arquivistas da FAB: Quais eram as formas de ingresso nesta Força Armada?; Qual era o número de profissionais no serviço ativo desta instituição?; Quais são as especializações que possuem os arquivistas da FAB?; e Qual o número de homens e mulheres lotados atualmente na região do Rio de Janeiro?

A partir deste cenário a presente pesquisa analisa o perfil do arquivista ingressante na FAB, na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2007 e 2015.

Conforme já relatado, no ano de 2013 houve a abertura de 32 (trinta e duas) vagas através de concurso público para ingresso de profissionais de Arquivologia em todo o Brasil, sendo deste total 17 (dezesete) no Rio de Janeiro, com o objetivo de compor o corpo de militares na FAB. Sendo assim, observa-se a procura pelo profissional arquivista no mercado laboral e destaca-se ainda a necessidade do profissional ligado às atividades de arquivo na referida Força Armada.

A partir da verificação da abertura de vagas para os profissionais de Arquivologia na FAB, fez-se necessário analisar o grau de reconhecimento destes através da compreensão dos fatores indicados na literatura sobre a Sociologia das Profissões.

A partir do tema exposto, a pesquisa estrutura-se em 4 fases, a saber: 1) pesquisa bibliográfica; 2) pesquisa exploratória; 3) utilização dos métodos quantitativos-qualitativos; e 4) análise dos questionários aplicados aos arquivistas da FAB.

Na seção 2, são analisados como marcos teóricos no presente trabalho a literatura Arquivística, um breve panorama sobre a Arquivologia brasileira, apresentando o surgimento do profissional no Brasil a partir dos principais atores públicos e dos órgãos de relevância nacional, além da legislação que regula a profissão e da Lei de arquivos.

Na seção 3, destaca-se o fim da Segunda Guerra Mundial e, neste contexto, a abertura de concursos públicos na década de 1950 para profissionais de arquivo, onde ingressariam servidores destinados à ocupação de cargos nos ministérios, dentre estes o Ministério da Aeronáutica. Também esta seção é destinada ao estudo dos

marcos empíricos, onde são analisadas as Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA) que estabelecem as diretrizes relativas aos quadros de ingresso de profissionais contratados para o exercício da carreira militar, relacionando-as, especificamente, com as contratações de arquivistas.

A seção 4 é destinada a apresentação dos métodos utilizados para a pesquisa de campo relacionando-os com o grau de reconhecimento do profissional arquivista no mercado laboral, a partir da literatura pautada na Sociologia das Profissões. Como metodologia utilizada destacam-se as medições a partir do Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES); a análise de editais obtidos por meio de página eletrônica da FAB e por solicitações feitas junto ao Serviço Regional de Recrutamento e Mobilização (SERMOB) do Terceiro Comando Aéreo Regional (III COMAR); entrevistas com arquivistas, análise da documentação sobre os arquivistas da FAB; e, por fim, a aplicação de um questionário.

E, na seção 5 da pesquisa, por tratar-se de um trabalho a ser realizado com estudo de caso, com a aplicação de questionário, houve a necessidade de delimitar os fatores de observação para análise do perfil do arquivista da FAB. Os fatores analisados são: Gênero; Nível escolar; Experiência profissional; Ano de ingresso na FAB; Idade de ingresso na FAB; Motivação para ingresso na FAB; Quadro de convocação pertencente; A Organização Militar a que pertence; Se desenvolve atividades ligadas diretamente aos Arquivos; e Quais as principais atividades desenvolvidas no seu setor.

Por fim, por intermédio da avaliação dos questionários elaborados utilizando os elementos supramencionados e as respostas dos arquivistas, apresentaremos na seção 6 – Considerações Finais, os resultados da pesquisa e o perfil do arquivista da FAB da região do Rio de Janeiro.

Desta maneira, visando atender aos objetivos do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos (MPGA), do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) a partir da formação profissional avançada, estreitando as relações entre as universidades e o setor produtivo, essa investigação se justifica pelos seguintes fatores destacados neste trabalho: 1) Pela autora estar inserida no universo em que a pesquisa é desenvolvida; 2) Pela ampliação de oportunidades de trabalho para o profissional de Arquivologia, como destaca Souza (2011) em seu trabalho, mas que, contudo, como a autora sinaliza: pouco se sabe sobre quem são e

o que fazem estes profissionais; e 3) Por contemplar as inquietações acerca das imagens expressadas destes profissionais na referida Força Armada², conforme já explicitado anteriormente.

Sendo assim, visto que não há, até o momento, nenhuma produção ou organização de um trabalho sobre o tema desta pesquisa, fez-se relevante abordar o percurso deste profissional e seu ingresso na referida instituição militar.

² Regulamento e Legislação do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ). Disponível em: <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgda/regulamento> e <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppgda/legislacao>. Acesso em: 13 de set. de 2015.

2. UM BREVE PANORAMA SOBRE A ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA

No início, as administrações públicas conservavam os seus arquivos para assegurar a sua legitimidade e para proteger os direitos e os interesses do soberano. Com a emergência do governo constitucional, baseado na soberania do povo, os arquivos públicos continuam a assegurar esse papel de proteção dos direitos e interesses do novo soberano: o povo. (ROUSSEAU e COUTURE, 1998, p. 17)

A história dos arquivos tem sido escrita por diversos autores. Estes apontam na literatura a utilização da escrita; o registro em suportes; a constituição dos arquivos, como instrumento da administração; e a relação entre os arquivos, a história e a memória.

Sobre o contexto histórico e o surgimento dos atores nos arquivos, verifica-se na literatura que alguns autores já sinalizam a existência de poucos estudos sobre as relações entre o papel social dos arquivos, sua organização e o profissional que por eles é responsável.

Jardim (1998) ressalta em sua pesquisa o predomínio do pensamento e das práticas arquivísticas ligadas à relação entre os arquivos e a memória. O autor ressalta que a memória é intrínseco ao campo arquivístico, porém os arquivos não se limitam apenas a lugares de memória. E complementa:

Boa parte da literatura arquivística (sobretudo a norte-americana/canadense) tem insistido na ruptura com esta visão, apesar da dicotomia entre **Arquivologia** e **Gestão de Documentos**. A memória no espaço arquivístico só é ativada, porém, se em tais **lugares de memória** forem gerenciados também **lugares de informação**, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. Se a memória não é neutra, muito menos a informação. É enquanto lugares de informação – espaços (às vezes virtuais) caracterizados pelo fluxo informacional – que os arquivos se configuram hoje, provocando redimensionamentos na arquivologia. Estes redimensionamentos colidem frontalmente com uma arquivologia entendida como uma **disciplina auxiliar** da história. Neste caso, este arquivista encontraria na história, e não na arquivologia, o seu *corpus* teórico. A arquivologia seria, quando muito, um método. (JARDIM, 1998, p. 3, grifo do autor)

Morigi e Veiga (2007) destacam acerca da responsabilidade dos arquivos que

No que tange especificamente ao arquivo, que é a instituição, por definição, responsável pelos estoques informacionais da administração pública, esta questão se apresenta sob novos paradigmas. O arquivo deve prover o acesso às informações que

estão sob seu controle, guardados os requisitos legais. Entretanto, os esforços dos profissionais para promover a acessibilidade às informações públicas esbarram na falta de uma política pública efetiva a este respeito. (MORIGI e VEIGA, 2007, p. 31-32)

Ainda sobre as atividades relacionadas aos arquivos, verifica-se na literatura brasileira que

[...] os textos que se ocupam em estabelecer as inserções históricas relativas à evolução das práticas arquivísticas, ainda que de forma breve e superficial, são unânimes em afirmar a longevidade da atividade arquivística, considerando que a história das civilizações humanas pós-escrita e que os arquivos, ainda que em suas formas preliminares, surgiram na área do chamado “crescente fértil” e do Oriente Médio, há cerca de seis milênios. (FONSECA, 2005, p. 30)

Por parte de alguns autores, observa-se o interesse para conceituar o que define o *ser* arquivista e o *fazer* do arquivista. Bellotto (2002) sintetiza:

Ser arquivista é compreender esta natureza [do seu objeto principal, o arquivo], aprender a teoria e metodologias da arquivística e saber empregar os conhecimentos adquiridos e aplicá-los no desempenho das funções arquivísticas da classificação, avaliação, descrição e difusão, não só na sua formação universitária de base, mas também não deixando de percorrer todos os meandros da educação continuada. (BELLOTTO, 2002, p. 6)

Em complemento a abordagem de Bellotto (2002), Delmas afirma em seu trabalho sobre o *fazer* do profissional de Arquivologia e que seria de responsabilidade deste as seguintes atividades:

[...] criação, uso, arranjo, eliminação ou guarda definitiva. São essas as tarefas gerais e globais da gestão do ciclo de vida dos documentos que interessam à administração, mas **que somente os arquivistas podem assegurar a partir de métodos e técnicas próprias do seu ofício**, um conjunto de operações chamado tratamento documental. (DELMAS, 2010, p. 83, grifo nosso)

Sobre o contexto histórico, em um panorama mundial, observa-se que as primeiras escolas arquivísticas tiveram seu início na Europa, a partir de 1821. Em 1838 é criado, no Brasil, o Arquivo Nacional (AN) com o nome de Arquivo Nacional do Império. Sua finalidade era guardar os documentos públicos produzidos pela administração imperial.

Entretanto, somente a partir de 1930 é observada no Brasil uma mudança significativa no cenário da produção de documentos. A partir deste momento, o

aumento da produção deste está ligado à aceleração dos desenvolvimentos das tecnologias, das teorias arquivísticas e a expansão das atividades dos serviços relativos aos arquivos.

A partir da década de 1930 a intervenção do Estado fez-se presente no domínio econômico, com a criação de autarquias para a defesa de produtos agrícolas e da indústria extrativa. Com o objetivo de fornecer ao Estado conhecimentos especializados para certas tomadas de decisão, criaram-se os conselhos técnicos. Na segunda metade da década de 1940 o governo federal também estabeleceu organismos com o objetivo de planejar, coordenar e promover o desenvolvimento regional do país. Era o reflexo de profundas modificações resultantes de um processo acelerado de urbanização, de transformações econômicas e do avanço tecnológico – fatores que exigiam o fortalecimento central. (MONTEIRO, 1986, p. 139)

Destacam-se também na década de 1930 a utilização e desenvolvimento, principalmente nos Estados Unidos, da microfotografia – posteriormente denominada microfilmagem.

Na área Arquivística, por ocasião do seu primeiro centenário de fundação do AN, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Arquivistas. Somado a tais movimentos e ao cenário de produção de documentos daquele período, verificamos mudanças na administração pública e nos profissionais as quais resultaram na mobilização para a posterior criação de cursos de especialização na área de Arquivologia.

Para Marques, Rodrigues e Santos (2014) a inserção de pessoas destinadas aos trabalhos referentes aos arquivos tiveram maior notoriedade no Brasil a partir da Reforma Administrativa na Era Vargas (1930-1945) e da criação, em 1938, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado pelo Decreto-Lei n. 579 de 30 de junho de 1938. Neste período (décadas de 1930 e 1940) a área de Documentação se intensifica e se distancia da área de Biblioteconomia, porém elas ainda se relacionam.

A reforma administrativa iniciada no período marcou a constituição do Estado moderno no Brasil, trazendo a concepção de modernização dirigida ao combate do patrimonialismo que predominou até então. Com a criação do Dasp, o governo pretendeu estimular, desenvolver e coordenar esforços no sentido de racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da administração geral. Com base no princípio da impessoalidade e com ênfase no controle, tentou-se instaurar uma versão nacional da burocracia weberiana, em um contexto de nacionalismo e intervencionismo do Estado como indutor do processo de industrialização. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 30)

Observando ainda o período de 1930, foi verificado um aumento significativo no quadro de funcionários públicos. Eram, então, destacadas as principais preocupações do governo Vargas: o fortalecimento da organização administrativa federal e a racionalização administrativa.

Neste sentido, optou-se por chamar de “atores” os responsáveis pelas atividades ligadas aos arquivos, pois, em política, o termo refere-se aos agentes que, provenientes do Governo ou do Estado, exercem funções públicas e mobilizam recursos associados a estas funções.

Segundo Marques, Rodrigues e Santos (2014), dentre as diversas atividades desempenhadas pelo DASP, destacaram-se as atividades de seleção, aperfeiçoamento de quadros no serviço público e, sobretudo, a constituição de um corpo profissional burocrático. Observa-se neste período o início do processo de profissionalização de pessoal, a seleção de servidores por meio de concurso público e aperfeiçoamento através de cursos, palestras e bolsas de estudo no exterior³.

É importante destacar que na década de 1940, o DASP promoveu estudos com o intuito de realizar concursos para as carreiras de arquivista e arquivologista.

Segundo Marques (2011), a carreira de arquivista estava prevista em vários quadros públicos através da Lei nº 284/1936 que foi estendida em arquivologista, que era o encarregado das funções de planejamento, organização e orientação, enquanto o arquivista atuaria como auxiliar do primeiro. E em 1941, a Divisão de Seleção do DASP publicou o edital de abertura para inscrições nos cargos de arquivista.

A Circular n. 231, de 28 de abril de 1941, da Divisão de Seleção do Dasp levou ao conhecimento dos ministros a publicação de edital de abertura de inscrições para provimento em cargos da classe inicial da carreira de arquivista de qualquer ministério. Alguns meses depois, em julho, por meio do Decreto-Lei n. 3.422, foi criada a carreira de arquivologista no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 24)

Em 1942, o DASP elabora um questionário a ser respondido pelos profissionais em atividade no departamento pessoal dos ministérios para que contribuam nos estudos sobre os concursos futuros dos profissionais arquivologistas. Porém esta atuação nas reformas das carreiras de Estado causou incômodo entre os funcionários

³ SILVA, Suely Braga da (Org.). Luiz Simões Lopes: fragmentos de memória. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006 apud MARQUES, RODRIGUES e SANTOS (2014).

e o então diretor do AN, Eugênio Vilhena de Moraes, uma vez que estes afirmavam ser a “única repartição” capaz de admitir arquivologistas.

Na década de 1950 emergem movimentos com o intuito de implementar o Sistema de Arquivos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Desta forma, a FGV, começa a destacar-se no cenário mundial quando promove a criação de um centro nacional na área de Bibliografia e Documentação no Brasil.

À institucionalização do projeto da FGV, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, podemos somar a gestão inovadora do historiador José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional, no período compreendido entre 1958 e 1964. Durante a administração José Honório destacam-se visitas dos arquivistas Henri Boullier de Branche, da França, e T. Schellenberg, dos Estados Unidos, e a criação e a implementação do Curso Permanente de Arquivos (CPA). Embora não tenha existido relações orgânicas entre a experiência descrita anteriormente e o processo institucional do Arquivo Nacional no período, é possível afirmar que eles se complementam na medida em que incorporam em graus diferenciados aspectos relacionados à experiência prática, ao conhecimento teórico e metodológico, à profissionalização e às políticas públicas. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 37)

Sendo assim, é importante salientar que na década de 1960, quando era vice-diretor do National Archives dos Estados e professor da American University Washington, Schellenberg esteve no Brasil a convite do então diretor do AN, José Honório Rodrigues.

Dentre os trabalhos realizados por Schellenberg no Brasil, é possível destacar o texto de 1960 “*Archival problems of the Federal Government of Brazil*” e, ainda, a cessão dos direitos autorais de alguns de seus trabalhos ao AN para que fossem traduzidos para o português.

Podemos verificar através da trajetória da Arquivística no Brasil a constante atuação do AN quanto à promoção de cursos para a capacitação e formação de profissionais da área.

Na década de 1970 é possível destacar alguns marcos de grande importância na área Arquivística: o apoio da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) na organização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), onde foi apresentado um projeto de currículo mínimo para os primeiros cursos de nível superior em Arquivologia no Brasil; a transferência do Curso Permanente de Arquivos (CPA) para a Federação das Escolas Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual UNIRIO; e a implantação de mais dois cursos de graduação em Arquivologia, na

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1976 e 1978, respectivamente.

Ainda na década de 1970, verificamos também um marco importante para a profissão de arquivista e de técnico de arquivo, através da regulamentação da Lei nº 6.546, de 04 de julho de 1978. Souza (2011) em seu trabalho trata também de tais questões, onde expõe:

[...] as atividades práticas desenvolvidas pelos arquivistas do Brasil estão reconhecidas legalmente desde 1978 por uma lei que, em seus trinta anos de vigência, não sofreu nenhuma modificação. As atribuições previstas na legislação propõem a aplicação de metodologia para o tratamento dos arquivos nas três fases (arquivos correntes, intermediários e permanentes), com clara preferência pelos arquivos permanentes (históricos). Hoje, com os recursos da tecnologia, temos tentado acompanhar todo o trâmite da informação nas instituições. Desta maneira, queremos identificar quais são as atividades mais presentes nas instituições e os espaços de trabalho onde se pode atuar, as condições laborais e a que se dedicam os arquivistas procedentes dos cursos de Arquivologia no Brasil. (SOUZA, 2011, p. 37)

Em 1975, aponta Franco (1984), foi criada a Divisão de Pré-Arquivo, localizada em Brasília, que representava a tentativa de aproximação do AN do Brasil com o modelo sistêmico norte-americano. Desta maneira, os resultados apresentados não eram satisfatórios, pois, segundo a autora, este modelo exigia uma atividade integrada e coordenada entre o AN e a Administração Pública, e “não se pode implantar um modelo de funcionamento sistêmico com uma reforma superficial de estrutura”. (FRANCO, 1984, p. 19)

No caso brasileiro, essa ação sistêmica foi dificultada pelo fato de serem instituídos o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR e o Sistema de Informação e Serviços Gerais – SISG, cujos órgãos centrais são o Arquivo Nacional e o Departamento Administrativo do Serviço Público, responsáveis pelos arquivos intermediários e permanentes e pelos arquivos correntes da Administração Pública federal, respectivamente. Essa ambigüidade de funções e atribuições compromete gravemente a integridade e a organicidade dos arquivos, posto que a correta interpretação da “teoria das três idades” supõe três fases articuladas por um único órgão. Tratar os arquivos correntes de um lado e os intermediários e permanentes de outro resultou na ineficiência total do modelo.

Além desses problemas de definição de funções e áreas de atuação, o Arquivo Nacional tem enfrentado outras dificuldades estruturais que sempre o impediram de buscar soluções ao impasse criado pela intersecção dos dois sistemas. (FRANCO, 1984, p.19)

Da mesma forma, para Kecskeméti (1988), a “modernização de arquivos” significava, literalmente, a melhoria das instalações, a renovação dos equipamentos ou aperfeiçoamento dos métodos de trabalho dos arquivos. O autor revela a situação que se encontrava o AN nos primeiros anos da década de 1980: *catastrófica*:

O edifício, de dimensões insuficientes, portanto inadequado, ameaçava desabar, o corpo de funcionários não estava preparado para o trabalho arquivístico; cerca da metade dos fundos armazenados em seus depósitos não se encontrava identificada; ignorado pelo governo, havia muito tempo o Arquivo Nacional não era beneficiado com verbas. Por falta de respaldo jurídico, regulamentar e intelectual que permitisse o funcionamento dos serviços e das instituições de arquivos, os documentos produzidos pelos órgãos governamentais desde a proclamação da República permaneciam sem controle arquivístico, acarretando o desaparecimento, sem vestígios, de fundos inteiros e acumulações maciças em depósitos improvisados, onde documentos de valor, ao lado de peças inúteis, deterioravam-se progressivamente. Assim, para se levar a efeito a modernização, era indispensável:

- adquirir uma nova sede;
- identificar todos os documentos conservados no Arquivo Nacional;
- recensear os documentos não recolhidos, dispersos pelo Rio de Janeiro;
- aperfeiçoar o corpo de funcionários (antigo ou novo) para o bom desempenho de suas funções arquivísticas. (KECSKEMÉTI, 1988, p. 7)

Kecskeméti (1988), desta maneira, reconhece que o sucesso deste efeito de modernização dependia da formação de arquivistas dotados de conhecimentos metódicos, técnicos, administrativos e históricos requeridos para o exercício da profissão neste final de século. No entanto, o autor reconhecia que o Brasil em 1980 estava muito distante de um efetivo sistema operacional de arquivos. “A partir de 1980 o Brasil optou por um programa nacional de modernização de arquivos, objetivando a organização de um sistema nacional que reagrupasse, simultaneamente, os arquivos públicos da Federação, os estaduais e os municipais”. (KECSKEMÉTI, 1988, p. 7)

E, por fim, na década de 1990 destacamos a promulgação da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991 – a Lei de Arquivos – e a criação de mais cinco Cursos de Arquivologia. “Não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação da identidade da Arquivística no País, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos” (MARQUES e RODRIGUES, 2008, p. 13).

Trataremos na próxima subseção sobre o surgimento da profissão de arquivista no Brasil e suas demandas no mercado de trabalho.

2.1 O surgimento da profissão de arquivista no Brasil e as demandas no mercado de trabalho

Inicialmente serão feitas algumas considerações sobre a instituição do AN no Brasil – por ser um órgão de importante representação da área – apontando os elementos que foram necessários para a sua criação.

Segundo Machado (1987),

[...] no período colonial a administração local estava a cargo das câmaras, sendo que as Ordenações filipinas acentuaram seu caráter administrativo, em detrimento das atribuições judiciárias. Quanto à documentação produzida pelo exercício do poder, aquelas Ordenações, em 1603, já determinavam: “E farão guardar em uma arca grande e boa todos os forais, tombos e privilégios pertencentes ao Concelho.” Havia, portanto, um sentido de preservação documental, embora essa missão fosse exercida para uso dos governantes, posto que o acervo permanecia fechado em cofre. (MACHADO, 1987, p. 44)

Não existia, portanto, a preocupação em disponibilizar a documentação para consulta e pesquisa, os documentos eram acumulados de maneira desordenada pelo poder local. Segundo Machado (1987), com a criação do AN, em 1838, nota-se a intenção da construção do Império brasileiro, da legitimação do Estado, que se organizava antes mesmo de se ter a nação.

Para analisar o quadro histórico da profissão Arquivística no Brasil, faz-se necessário o estudo da construção do espaço universitário e a situação do AN desde o início do século XX, período em que já havia a preocupação quanto à capacitação do pessoal que trabalhava na área.

[...] desde 1911 já existiam preocupações quanto à criação de cursos que capacitassem profissionais para o tratamento especializado de documentos comuns a bibliotecas, arquivos e museus. Iniciativas da Biblioteca Nacional (BN) e do Museu Histórico Nacional (MHN), na década de 1920, foram no mesmo sentido, embora sem sucesso.

Na década de 1950, tendo o seu desenvolvimento internacional tributário à II Guerra Mundial, a Arquivística no Brasil ainda não contava com um curso específico para o tratamento e organização de arquivos. Nessa década, os funcionários do [Arquivo Nacional] AN participavam de cursos eventualmente promovidos por outras instituições. (MARQUES e RODRIGUES, 2008, p. 5-6)

Monteiro (1988) chama a atenção para as características próprias que o Brasil apresenta no seu quadro de formação de pessoal de arquivo, isto porque a autora alega ser o contrário da tradição hispano-portuguesa, “em que o ensino arquivístico mantém um estreito laço com o biblioteconômico”. (MONTEIRO, 1988, p. 79)

[...] os lugares de professores do curso de diplomática serão exercidos pelos funcionários do Arquivo Nacional. Disposições contidas no artigo 10 do Regulamento para o Arquivo Nacional baixado pelo Decreto de nº 9.197 de 9 de fevereiro de 1911. (...) **Para admissão ao Curso exigia-se do candidato satisfazer um dos seguintes requisitos: ter concluído o curso médio ou ter ingressado no serviço Público mediante concurso ou prova no mínimo de nível médio** – ou ainda ser habilitado em prova seletiva.

Iniciado em caráter quase que exclusivamente interno, ampliou-se o C.P.A. recebendo alunos de outras repartições públicas. (FERREIRA, 1973, p. 13, grifo nosso)

Na década de 1920, segundo Monteiro (1988), o Arquivo Nacional era dirigido por Alcides Bezerra, sendo este conhecido por sua erudição e por valorizar a área Arquivística com a criação de cursos técnicos, através do decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, porvindouro de incorporação ao Regulamento do Arquivo Nacional em 1923, nos artigos 72 a 88, onde deveriam habilitar candidatos ao cargo de arquivista após dois anos de curso. Nestes cursos as aulas eram ministradas pelos funcionários do Arquivo Nacional e as disciplinas oferecidas eram: História do Brasil, Bibliografia. Posteriormente, a intenção era que estes cursos estivessem vinculados à Universidade do Rio de Janeiro. (MONTEIRO, 1988, p. 81)

Com o I Congresso Brasileiro de Arquivistas, que ocorreu em virtude do primeiro centenário da fundação do Arquivo Nacional em 2 janeiro de 1938, no Rio de Janeiro, verificamos uma mudança de postura dos profissionais e a atenção voltada para a criação de cursos de especialização na área de Arquivologia.

Em 1958, José Honório Rodrigues, historiador, tornou-se diretor do Arquivo Nacional e cabia-lhe a tarefa de “modernizar o órgão”. O seu período como administrador da instituição compreendeu o ano 1958 até 1962 e “foi marcado pela clara tentativa de transformar o Arquivo Nacional e as práticas arquivísticas brasileiras em motivo de reflexão e de salvaguarda da documentação com valor histórico, de interesse nacional”. (LOPES, 1997, p. 60)

Para tal tarefa, José Honório contou com a assessoria de técnicos europeus e norte-americanos que tinham a intenção de colaborar com os estudos e com o planejamento da reforma institucional. Contudo, o desafio apresentado era ainda

maior. Após um ano da gestão de José Honório à frente do Arquivo Nacional, foi apresentado um diagnóstico detalhado sobre a situação da instituição: aspectos relacionados à organização, recursos técnicos, infraestrutura, quadro de pessoal e orçamento. Em suas palavras: o Arquivo Nacional era um “simples depósito de documentos entregues à sua guarda, sem controle técnico”. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 38)⁴

José Honório Rodrigues destacou-se em sua gestão pela implementação de cursos no Arquivo Nacional. A partir de suas atividades, em 1960, começa a funcionar na instituição, fora do espaço universitário, o Curso Permanente de Arquivos (CPA), o primeiro curso regular voltado para a formação de pessoal especializado no tratamento e organização de acervos arquivísticos. (RODRIGUES e MARQUES, 2008, p. 6)

Uma das recomendações formuladas por Boullier de Branche, a criação de uma escola ou uma série de cursos regulares para formação de arquivistas, começou a ser posta em prática já em 1960, com a criação do Curso Permanente de Arquivos, de dois anos de duração. Nos primeiros anos, contudo, o curso não funcionou com regularidade em decorrência da falta de recursos financeiros, levando algumas matérias a assumirem características de cursos avulsos. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 41)

Desta maneira, após a reforma regimental, o Arquivo Nacional passou a contar com cursos de especialização e funcionamento em caráter regular. “A necessidade de proporcionar aos seus funcionários conhecimentos indispensáveis para o bom exercício de suas funções, determinou então, a instituição dos Cursos”. (FERREIRA, 1973, p. 13)

Sendo assim, a revista *Arquivo & Administração*, da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), através do artigo de Ferreira em 1973 expôs a proposta para o CPA:

⁴ RODRIGUES, José Honório. *A situação do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

Quadro 1 – Proposta de currículo para o CPA

1º ano / 1º Período	2º ano / 1º Período
<ul style="list-style-type: none"> • História do Brasil • Organização da Administração Brasileira • Técnica de Arquivo 	<ul style="list-style-type: none"> • Heráldica e Genealogia • Noções de Paleografia • Organização e Administração de Arquivos
1º ano / 2º Período	2º ano / 2º Período
<ul style="list-style-type: none"> • Arquivos Correntes e Arquivos de Custódia • História do Brasil • História da Organização Administração do Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> • Heráldica e Genealogia • Noções de Paleografia • Organização e Administração de Arquivos

Fonte: elaboração própria, a partir da Revista Arquivo & Administração, 1973, p. 13

Conforme Ferreira (1973) afirma em seu artigo, tais cursos tiveram grande aceitação e como parte de sua “clientela funcionários de organizações comerciais, bancárias, estudantes, e especialmente pessoal civil e militar do Ministério da Marinha”. (FERREIRA, 1973, p. 15)

Desta maneira, o currículo do CPA, continuou com a duração de dois anos, porém passou a exigir aos candidatos a conclusão do 2º ciclo ou curso equivalente, e seu currículo sofreu as seguintes mudanças:

Quadro 2 – Mudança de estrutura curricular do CPA

1º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Diplomática • Genealogia • História do Brasil, • Organização da Administração Brasileira • Técnica de Arquivo
2º ano
<ul style="list-style-type: none"> • Heráldica • História do Brasil • Notariado • Organização e Administração de Arquivo • Paleografia

Fonte: elaboração própria, a partir da Revista Arquivo & Administração, 1973, p. 15

Em 1972, foi concedida pelo Conselho Federal de Educação (CFE) a autorização para a criação de cursos de Arquivologia em nível superior, recomendação feita no I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), onde foi estabelecido um currículo mínimo para esses cursos baseado no projeto de currículo encaminhado pela AAB. No mesmo ano, é aprovado o Parecer n. 249/72 da Câmara de Ensino de 1º e 2º graus, que reconhece a Arquivística como habilitação profissional no Ensino de 2º grau. (MARQUES e RODRIGUES, 2008, p. 6)

No ano seguinte, em 1973, observamos mudanças através de um acordo firmado quanto à regulamentação do ensino de Arquivologia, concedido pelo Conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ao CPA. No início de 1974 é firmado um convênio entre a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o AN,

“para cooperação conjunta das duas entidades em matéria arquivística e de pesquisa histórica, com a divulgação, por ambas, dos resultados obtidos nesses campos”. (MARQUES e RODRIGUES, 2008, p. 6)

Visando a transferência do CPA para o âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em unidade universitária, é formada uma comissão composta por representantes do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça, do MEC e da Federação das Escolas Federais Isoladas da Guanabara (FEFIEG). Por meio da Portaria n. 5, de 15 de março de 1976, o Arquivo Nacional aprova o quadro de professores do seu Curso Permanente e dos seus Cursos Avulsos. Em março de 1977, o CPA é transferido para a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com denominação de *Curso de Arquivologia*, de acordo com o Decreto n. 79.329, de 02 de março de 1977 e termo de convênio assinado pelo diretor do Arquivo Nacional, pelo presidente da FEFIERJ e pelos decanos do Centro de Ciências da Saúde e do Centro de Ciências Humanas, dessa Universidade. (MARQUES e RODRIGUES, 2008, p. 7)

Com essa transferência, o CPA, que funcionava no [Arquivo Nacional] AN desde 1960 e já reconhecido como curso superior, passa, oficialmente, a funcionar no espaço universitário, ainda no mesmo ano, ou seja, em 1977.

Depois de mais de sessenta anos da primeira iniciativa registrada quanto à criação de um curso para a capacitação de arquivistas e de tantos esforços, enfim, a Arquivística conquista seu espaço na Universidade. O curso de Arquivologia da UNIRIO é, então, o primeiro a ser realizado na Academia. (MARQUES e RODRIGUES, 2008, p. 7-8)

Alguns autores consideram que, apesar da conquista do ensino universitário, a Arquivologia no Brasil ainda não alcançou suficiente identidade disciplinar.

Considerada uma formação universitária ainda em busca de identidade própria, a Arquivologia trilha por caminhos susceptíveis e questionáveis no que diz respeito ao seu corpo teórico e epistemológico. [...] No Brasil, ela se apresenta como subárea do conhecimento concebida no berço da Biblioteconomia e da História, fixando-se na área da Ciência da Informação. Assim, nota-se quanto ainda se tem de imprecisão e influência em sua base teórica e na aplicação de seus métodos. Analisando caso a caso, detectar-se-á que a formulação dos cursos de Arquivologia passaram por mãos de bacharéis e docentes de Biblioteconomia e História. É reconhecida a contribuição dos profissionais que se dispuseram a elaborar projetos de cursos de Arquivologia nas universidades brasileiras. [...] A

Arquivologia no Brasil se constitui área profissional autônoma, embora não se tenha encontrado saída para a sua verdadeira independência, ficando relacionada ao campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia. (DUARTE, 2007, p. 145-146)

Verificamos através da trajetória da Arquivística no Brasil a constante atuação do AN quanto à promoção de cursos para a capacitação e formação de profissionais da área. Vale ressaltar que na década de 1970 encontramos marcos de grande importância na área de Arquivologia: como o apoio da AAB – criada 1971 – na organização do I Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), onde foi apresentado um projeto de currículo mínimo para os primeiros cursos de graduação em Arquivologia no Brasil; a transferência do CPA para a UNIRIO; e a implantação de mais dois cursos de graduação em Arquivologia, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1976 e 1978, respectivamente.

Na década de 1970 verificamos também um marco importante para as profissões de arquivista e de técnico de arquivo, onde, através da regulamentação da Lei 6.546, de 04 de julho de 1978 suas atividades foram reconhecidas legalmente.

[...] as atividades práticas desenvolvidas pelos arquivistas do Brasil estão reconhecidas legalmente desde 1978 por uma lei que, em seus trinta anos de vigência, não sofreu nenhuma modificação. As atribuições previstas na legislação propõem a aplicação de metodologia para o tratamento dos arquivos nas três fases (arquivos correntes, intermediários e permanentes), com clara preferência pelos arquivos permanentes (históricos). Hoje, com os recursos da tecnologia, temos tentado acompanhar todo o trâmite da informação nas instituições. (SOUZA, 2011, p. 37)

A regulamentação da profissão de arquivista, juntamente com a regulamentação da profissão de técnico de arquivo através da Lei nº 6.546/78, que atribui, ao primeiro, diplomados por curso superior de Arquivologia – para exercício da profissão de Arquivista – e para o segundo, possuidores de certificados de conclusão de ensino de 2º grau que recebam treinamento específico em técnicas de arquivo em curso ministrados por entidades credenciadas pelo Conselho Federal de Mão-de-obra, do Ministério do Trabalho, com carga horária mínima de 1.100 horas nas disciplinas específicas. Desta forma, a lei determina as atribuições para os trabalhos desenvolvidos para cada um destes profissionais e, ainda, exige que efetuem o registro, segundo sua especialidade, em Carteira de Trabalho destes profissionais na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho.

Segundo o *site* do Ministério do Trabalho os arquivistas e técnicos de arquivo estão inseridos no grupo de Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A CBO é um documento normalizador onde devem ser reconhecido, nomeado e codificado os títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, além de descrever as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Devido às mudanças verificadas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, foram observadas alterações estruturais no mercado de trabalho, estes fatores exigiram uma atualização e modernização do CBO.

Ainda no *site* do Ministério do Trabalho, verificamos as normas reguladoras da profissão de arquivista e de técnico de arquivo na sessão Listagem das Profissões Regulamentadas: normas regulamentadoras.

Quadro 3 – Lei e Decreto que regulamentam as profissões de arquivista e técnico de arquivo

<p>4. Arquivista / Técnico de Arquivo</p> <p>Norma Regulamentadora:</p> <p>Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978 - Dispõe sobre a regulamentação de Arquivista e Técnico de Arquivo.</p> <p>Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1985 - Regulamenta a Lei nº 6.546, de 4/07/78.</p>
--

Fonte: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/regulamentacao.jsf>

Nos anos 80 surgem os primeiros programas de especialização (*lato sensu*). É neste quadro que vemos a crescente procura pelo profissional da informação.

A partir dos anos 80, a comunidade arquivística internacional tem-se confrontado sistematicamente com as diversas implicações, para a Arquivologia, daquilo que já se convencionou chamar de sociedade da informação. Neste quadro histórico, é ressaltada a emergência de novas tecnologias da informação, de crescente uso social, produzindo novos paradigmas de processo decisório, poder central e local, registro e acesso à informação.

Como agentes e sujeitos destas transformações, os arquivistas vêm-se obrigados a debruçarem-se sobre a Arquivologia em três dimensões que se integram ou seja: o conhecimento arquivístico, as organizações arquivísticas e o próprio arquivista. Na interseção destas três dimensões, encontra-se o ensino arquivístico, tendo como principais atores o arquivista em formação inicial e o arquivista como

docente e pesquisador. Ambos se inserem num cenário em cujo macrocosmo social localizam-se a Universidade, as organizações arquivísticas e as demandas que legitimam uma profissão à medida que esta assume tarefas socialmente importantes. (JARDIM e FONSECA, 1999, p. 32)

A partir da década de 1980, verificam-se movimentos para a elaboração de uma lei de arquivo com caráter nacional, que não apenas definisse a questão das competências para a gestão documental de arquivos públicos e de valor histórico, como também a importância dos arquivos privados. (BASTOS e ARAÚJO, 1989-1990, p. 24) Ainda assim,

Tornou-se também prioritário que uma lei nacional de arquivo não apenas definisse as competências para a execução do recolhimento, guarda e acesso a documentos armazenados, mas definisse os procedimentos para tratar o documento desde a sua produção até seu arquivamento. [...] a partir da promulgação da Carta Constitucional de 1988, os estudos para a elaboração de uma lei de arquivo deixaram de tratar a questão enquanto incompletude do sistema. A questão arquivística, a partir de 1988, começou a sofrer significativa influência pelas discussões conceituais sobre a semelhança entre proteção do documento e a proteção da informação documental. (BASTOS e ARAÚJO, 1989-1990, p. 24)

Entretanto, somente a partir da Constituição de 1988 iniciaram-se debates quanto ao sigilo de documentos públicos e privados e, mais tarde, quanto ao acesso às informações cadastrais ou informatizadas. Para isto, a lei definiu e criou instrumentos para coordenar as atividades arquivísticas e consolidar a documentação de referência da história brasileira.

Em 1991, verifica-se a promulgação da Lei nº 8.159, em 08 de janeiro, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Esta lei reforça a necessidade de maior envolvimento do profissional de Arquivologia com questões relacionadas à gestão de arquivos correntes, pois é estabelecida através desta lei a gestão dos documentos públicos como competência das Instituições Arquivísticas.

Nos anos 1990, juntamente com a promulgação da Lei de Arquivos, cinco cursos de Graduação em Arquivologia foram criados, todos em instituições públicas. Sendo assim, “não seria exagero afirmar que essa lei marca e tem papel fundamental na formação da identidade da Arquivística no País, chamando a sociedade à reflexão e à discussão sobre o papel dos arquivos”. (MARQUES e RODRIGUES, 2008, p. 13)

A partir do artigo 26 da Lei nº 8.159/91 é criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), um órgão colegiado, ligado aos arquivos brasileiros e vinculado

ao Arquivo Nacional da Casa Civil da Presidência da República, onde é responsável pela definição da política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).

Ainda tratando sobre a questão da legislação arquivística brasileira faz-se importante destacar a organização de arquivos no Brasil que culmina até a necessidade de criação de uma lei específica para estes.

[...] A preocupação em organizar os arquivos, não só para a acumulação documental mas também para a pesquisa histórica e a viabilização administrativa, está intimamente associada à complexidade burocrática do Estado contemporâneo.

Por esse motivo, nem sempre encontramos nas leis uma transcrição evidente de processos de acumulação documental como forma de subsidiar o desenvolvimento. Encontramos, sim, resultantes administrativos dos confrontos entre condicionantes da acumulação espontânea e os modelos de organização muitas vezes destoantes da realidade política e histórica do país. (FRANCO, 1986, p. 8)

O cenário arquivístico se torna cada vez mais propenso para criação de cursos na área de Arquivologia e a inserção de novos profissionais no mercado de trabalho, porém só verificamos novos cursos de graduação e um significativo avanço da legislação arquivística a partir dos anos 90. Sobre este cenário – o ensino da Arquivologia e a Universidade no Brasil –, Jardim e Fonseca (1999) afirmam:

(...) como área de conhecimento, a Arquivologia mostra-se ainda incipiente no Brasil, apesar dos avanços significativos dos últimos 20 anos. Estes avanços se expressam em ações lideradas pela AAB e o Arquivo Nacional, além de várias outras organizações públicas e privadas que colaboraram na ampliação dos espaços políticos institucionais e cognitivos da Arquivologia no Brasil a partir dos anos 70. Chegamos aos anos 90, com a aprovação da Lei que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, sancionada em 8 de janeiro de 1991. (JARDIM e FONSECA, 1999, p. 37)

Observamos ainda em Marques e Rodrigues (2007), que a formação e a autoafirmação da Arquivística como disciplina no Brasil contribuiu para a apresentação da necessidade de formação e capacitação profissional para o tratamento e organização de arquivos no País.

Desta maneira, foram verificadas as Universidades em todo o Brasil que possuem cursos de Arquivologia e, de tal maneira, foi organizado conforme é apresentado no quadro a seguir:

Quadro 4 – Universidades no Brasil com cursos de Arquivologia

ANO DE CRIAÇÃO	UNIVERSIDADES	ESTADO
1976	UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	RJ
1976	UFSM – Universidade Federal de Santa Maria	RS
1978	UFF – Universidade Federal Fluminense	RJ
1990	UNB – Universidade de Brasília	DF
1997	UEL – Universidade Estadual de Londrina	PR
1997	UFBA – Universidade Federal da Bahia	BA
1999	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS
1999	UFES – Universidade Federal do Espírito Santo	ES
2002	UNESP – Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília	SP
2006	UEPB – Universidade Estadual da Paraíba	PB
2008	FURG – Universidade Federal do Rio Grande	RS
2008	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	MG
2008	UFPB – Universidade Federal da Paraíba	PB
2009	UFAM – Universidade Federal do Amazonas	AM
2009	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	SC
2011	UFPA – Universidade Federal do Pará	PA

Fonte: elaboração própria, com base nos *sítes* das Universidades

Após análise do **quadro 4**, pode-se ressaltar que a partir da década de 1990, foram criados mais 5 cursos de Arquivologia no Brasil, até o ano de 1999. A partir de 2002, verificamos mais 6 novos cursos de Arquivologia sendo criados no Brasil. Atualmente soma-se um total de 16 cursos de formação superior em Arquivologia,

sendo o curso na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com previsão de criação ainda para o ano de 2010, não foi implementado pela referida instituição até a conclusão deste trabalho⁵. Os 16 cursos de Arquivologia existentes no Brasil, estão distribuídos em 11 estados mais o Distrito Federal (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Amazonas, Santa Catarina e Pará).

Na seção a seguir será analisada criação do Ministério da Aeronáutica (MAER) no Brasil no contexto histórico da Segunda Guerra Mundial e o ingresso dos arquivistas na FAB na região do Rio de Janeiro a partir de 1950 até 2015.

⁵ <http://www.arquivista.net/2008/03/25/curso-de-arquivologia-e-previsto-para-a-ufma/>

3. O INGRESSO DE ARQUIVISTAS NA FAB

A informação, no contexto militar, ganha relevância na literatura, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial. Este período também é destacado pelo desenvolvimento tecnológico e, na área da tecnologia da informação, pelo uso de técnicas de microfilmagem.

Neste mesmo período da História, no Brasil, é criado o Ministério da Aeronáutica (MAER) que tinha como objetivo principal a ideia de centralizar as atividades de aviação num mesmo órgão. Esta ideia era defendida desde o começo das atividades aéreas do mundo, pois visavam, nesta solução, o fortalecimento do Poder Aéreo do país. No Brasil, para unificar a Aviação Brasileira em uma só Força Armada, foi tomada a decisão de uniformizar o poderio aéreo das aviações já existentes no Brasil das Forças Armadas da Marinha e do Exército.

Sendo assim, em 20 de janeiro de 1941, através do Decreto-lei 2.961, é criado o Ministério da Aeronáutica.

[...] órgão central de planejamento, coordenação, controle e emprego de uma nova entidade – o Poder Aéreo. Síntese de múltiplos e complexos componentes, todos ligados à racionalização do emprego de vetores aéreos civis e militares, só uma organização voltada exclusivamente para aquele objetivo de otimização poderia harmonizar os interesses simultâneos de segurança nacional, desenvolvimento econômico, tecnológico e social, embutidos nos elementos essenciais do Poder Aéreo: a Força Aérea; a Aviação Civil; a Infra-estrutura Aeronáutica; a Indústria Aeronáutica; os Estabelecimentos de Tecnologia Aeronáutica; as Instalações e os Engenheiros Aeronáuticos. (BRASIL, 1991, p. 69-70)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, segundo Marques, Rodrigues e Santos (2014, p. 32), verificamos o avanço da ciência e a expansão do poderio militar para contribuição da hegemonia política.

Em 1949, a explosão da primeira bomba atômica da União Soviética quebrou o monopólio norte-americano. Nesse contexto, a informação científica e tecnológica tornou-se prioridade para as nações, uma vez que o conhecimento científico passou a ter valor estratégico para o desenvolvimento do aparato industrial bélico-militar. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 32)

Também na década de 1950, relacionada aos acontecimentos militares, verifica-se na história dos arquivos um importante marco que visava agilizar o sistema

de controle arquivístico norte-americano e como solução foi institucionalizado o arquivamento intermediário.

Em decorrência do grande volume de documentos produzidos durante a Segunda Guerra Mundial pela Marinha e pelo Exército, instalou-se, em 1941, o primeiro depósito intermediário. Ao fim de algum tempo, já existia nos Estados Unidos uma rede de arquivos com tais características. (FRANCO, 1984, p. 18)

Fonseca (2005) destaca também no período do pós-guerra o surgimento da ciência da informação.

[...] Os esforços contínuos para manter as respectivas lideranças num mundo dividido em dois blocos hegemônicos geraram uma produção científica e tecnológica sem precedentes. A chamada “explosão da informação” exigia meios cada vez mais sofisticados e rápidos para que a informação científica e tecnológica pudesse ser usada como recurso econômico e político. (FONSECA, 2005, p. 17)

Em complemento a este panorama mundial e ao avanço das tecnologias ligadas à informação, no Brasil se afirmavam políticas de desenvolvimento científico e, de tal modo, é imprescindível destacar que

Nos anos 1950, a tarefa de modernizar a burocracia do Estado permanecia uma necessidade fundamental. Ao lado da formação de pesquisadores e do fortalecimento do ensino superior, acordos de cooperação bilateral, sobretudo com os Estados Unidos, serviam para o intercâmbio técnico-científico, que incluía a vinda de técnicos estrangeiros ao país e a viagem de quadros da administração pública brasileira para estudos no exterior. A política de formação de quadros técnicos para gerenciar a máquina do governo contemplou profissionais como a bibliotecária Nilza Teixeira Soares e outros recém-recrutados para o serviço público por concursos do Dasp. Então bibliotecária do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Nilza obteve, por meio de um processo de seleção do Dasp, uma bolsa do governo norte-americano para frequentar cursos nas áreas de gestão de arquivos correntes e de administração de arquivos permanentes na American University e estágios junto à Biblioteca do Congresso, nos anos de 1952 e 1953. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 32-33)

Desta maneira, verifica-se na década de 1950, pós-guerra, que o modelo norte-americano se encontrava muito presente nas atividades desenvolvidas neste período. Porém, com o fim do governo Dutra e o retorno de Vargas ao poder, convém destacar a procura pelo desligamento aos moldes norte-americanos e o direcionamento buscando seguir tendências européias.

No pós-guerra, o Brasil passou por significativa mudança política com o fim do Estado Novo, a eleição do general Eurico Dutra, em dezembro de 1945, e a promulgação de uma nova Constituição em 1946. O governo Dutra (1946-1951) representou o abandono do projeto nacionalista de Vargas e o alinhamento do país à política e aos interesses dos Estados Unidos. Esse quadro, contudo, tornou a sofrer mudanças com a eleição de Vargas em 1950. O segundo governo Vargas (1951-1954) foi marcado pelo retorno do projeto nacionalista de implementação da indústria de base, que englobava a expansão da siderurgia e a construção de hidrelétricas e refinarias de petróleo, bem como o apoio à modernização do parque industrial. Essas iniciativas exigiam a capacitação de recursos humanos, a formação de pesquisadores, o fortalecimento e o incentivo à pesquisa para desenvolver uma indústria que pretendia substituir importações e tornar o país auto-suficiente em produtos básicos. Nesse projeto, o conhecimento constituía-se em valor estratégico. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 32)⁶

Também neste período se destacam nomes importantes para a história da Arquivologia brasileira e que contribuíram, sobretudo, para a constituição do arquivo da FGV: Maria de Lourdes Costa e Souza e Marilena Leite Paes. Ambas utilizaram como metodologia de trabalho conhecer a estrutura organizacional da FGV para, então, implementar o sistema de arquivos da Fundação, trabalho liderado pela arquivista Marilena Leite Paes, sobretudo na formação e treinamento de uma equipe capaz de forjar um trabalho considerado, por longo tempo, referência no campo da gestão de documentos de arquivo. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 36)

É neste contexto histórico que se sucedem duas contratações na década de 1950, através de concursos públicos, para ingresso de profissionais destinados aos serviços de arquivo na FAB.

Prevista pela Lei nº 284/1936, conforme já explicitado em seção anterior, o servidor prestaria serviço aos ministérios, neste caso ao Ministério da Aeronáutica (MAER). Sendo assim, não seriam incorporados ao corpo de militares da instituição permanecendo, então, na condição de civis.

Assim, além dos candidatos habituais, passaram a pleitear inscrições ex-ofício para seus funcionários, que trabalham em arquivos ou exercem atividades afins, diversos órgãos do poder público, os Ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Comunicações, Educação e

⁶MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 32 apud MARTINS, Eduardo Vieira. O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 1, p. 91-100, jan./abr. 2004.

Cultura, Exército, Indústria e Comércio, Justiça, Marinha, Saúde, Trabalho e Previdência Social e Transporte, o Serviço Nacional de Informações, D.A.S.P., I.N.P.S., I.P.A.S.E., autarquias sociedades de Economia Mista e órgãos da esfera estadual. (FERREIRA, 1973, p. 15)

Isto posto, a partir dos registros no Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC) sobre estes profissionais contratados para exercer atividades de arquivos nas Unidades da FAB, um servidor encontrava-se lotado na Diretoria de Material Aeronáutico (DIRMA), hoje Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB), e o outro servidor no Museu Aeroespacial (MUSAL). Ambas as Unidades integravam a estrutura do Departamento de Aviação Civil (DAC), que, segundo a estrutura organizacional, estava subordinado à administração do MAER até o ano de 1999. A partir de 2000, visando a reformulação institucional, foi substituída pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Sendo assim, conforme explicitado atesta-se que estes profissionais não possuíam graduação em Arquivologia, e aferimos que, conforme mencionado na seção 2, foram contratados para ocupação do cargo de arquivista para exercer tais atividades, segundo a Circular n. 231, de 28 de abril de 1941, onde a Divisão de Seleção do DASP promoveu a publicação de edital de abertura para inscrições e para provimento em cargos da classe inicial da carreira de arquivista para qualquer ministério.

Na década de 1980 ocorreram os primeiros concursos públicos para ingresso de arquivistas no serviço militar da FAB. Estes concursos visavam o ingresso somente de mulheres para o quadro QFO. Este quadro era destinado a contratação de diversas especialidades, dentre elas a do profissional arquivista. Estes profissionais pertenceriam ao quadro de carreira – quadro em que os profissionais atuavam na instituição até a sua reserva, ou seja, até a sua aposentaria – com a estimativa de 30 anos de trabalho como servidor da ativa.

Na década de 1980, através da Lei nº 6.924, de 29 de junho de 1981, que cria, no Ministério da Aeronáutica, o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA), iniciam-se as contratações, dentre outras especialidades, de arquivistas para composição do serviço militar na FAB por meio de concursos públicos. Estes concursos visavam a contratação de profissionais para o preenchimento de vagas no quadro QFO, onde sua composição era de pessoal com, no mínimo, nível superior em graduação na especialidade da vaga destinada.

Em um panorama histórico, no Brasil a década de 1980 foi marcada pelo “fim da ditadura militar (1964-1985), a restauração do Estado de direito e a configuração de um regime democrático.” (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 143).

No campo arquivístico brasileiro, os anos 1980 encontram-se longe de serem interpretados como um “década perdida”. Ao contrário, nesse período, constata-se a emergência de processos, atores e dinâmicas que marcarão profundamente os avanços arquivísticos do país a partir de então.

O processo de institucionalização da Arquivologia no Brasil, iniciado nos anos 1970, ganha novas reconfigurações na década seguinte. (MARQUES, RODRIGUES e SANTOS, 2014, p. 143).

Em entrevistas realizadas em agosto de 2014, com a Tenente-Coronel Ester da Nova⁷, arquivista do Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica (INCAER), foi relatado que o último concurso público para ingresso de arquivistas no QFO ocorreu no ano de 1989 e, a partir deste, os concursos para este quadro foram suspensos e, posteriormente, o quadro foi extinto.

A partir do ano de 2004, as contratações de arquivistas deram-se através de concurso público para arquivistas no quadro QCOA e em 2013 através do QOCon.

Vale ressaltar que a partir do ano de 2004, através do quadro QCOA, verificamos o ingresso também de homens para a especialidade de Arquivologia. Em 2013, com a abertura do edital para o QOCon, o ingresso para ambos os sexos foi mantido.

Diferente do quadro QFO, em que o profissional tinha previsto como tempo máximo de serviço 30 anos, os quadros QCOA e QOCon, visam a contratação de profissionais em caráter temporário – por até 8 anos de serviço, podendo ser prorrogado por até mais 1 ano. Sendo assim, tais especialidades complementam as necessidades dos Quadros de Oficiais de Carreira, para preenchimento de cargos e para o exercício de funções técnicas e administrativas nas Organizações Militares do Comando da Aeronáutica.

Os quadros QCOA e QOCon estão regidos por instruções elaboradas pelo Comando da Aeronáutica. A Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 36-13/2008

⁷ Ester Ferreira da Nova graduou-se em Arquivologia em 1985 pela UFF. Ingressou, em 1986, na FAB através do Quadro Feminino de Graduadas (QFG) como 3º Sargento, em 1989 prestou concurso para o QFO ingressando neste quadro com o posto de 2º Tenente. Em 2014 encerrou suas atividades na FAB no posto de Tenente-Coronel. Serviu nas seguintes OM: Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica – CIAAR (1986), Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica – CIEAR (1986-1989), CIAAR (1989), CENDOC (1990-1993), SEGECAE (1993-2011), INCAER (2011-2014).

estabelece as diretrizes relativas ao QCOA e a Instrução do Comando da Aeronáutica – ICA 36-14/2010 estabelece as diretrizes relativas ao QOCon.

Neste sentido, a partir destas instruções, podemos verificar as particularidades e como se constituem cada processo de seleção para os Quadros de Oficiais Temporários, destacando suas peculiaridades acerca dos mecanismos de avaliação para incorporação destes profissionais.

No QCOA o processo seletivo é composto de:

- a) exame de escolaridade;
- b) exame de conhecimentos especializados;
- c) prova de títulos;
- d) inspeção de saúde;
- e) exame de aptidão psicológica; e
- f) teste de avaliação do condicionamento físico (TACF).

No QOCon o processo seletivo é composto de:

- a) verificação documental;
- b) inspeção de saúde;
- c) exame físico, por intermédio da inspeção de saúde; e
- d) exame de aptidão psicológica.

Desta maneira, vale destacar que o processo para incorporação dos militares no quadro QCOA visa o conhecimento teórico do profissional, enquanto no processo de incorporação dos militares no quadro QOCon destaca-se o conhecimento prático do profissional em sua área de atuação.

Após finalizado o processo seletivo, o incorporado terá seu ingresso na Força e passará pelo período de recrutamento – Estágio de Adaptação Técnico (EAT). Durante as instruções no EAT, o convocado passa a ter uma série de atribuições e conhecimentos acerca das atividades dos militares da Aeronáutica, constituindo, assim, o perfil ocupacional desses militares, servindo de embasamento para a confecção dos currículos dos cursos e de parâmetro para a avaliação de desempenho dos militares, conforme explicita na ICA 36-13/2008, no item “1.2.6 PADRÃO DE DESEMPENHO DE ESPECIALIDADE (PDE)”.

Tal estágio se destina a adaptação dos incorporados às condições peculiares do Serviço Militar e às áreas profissionais em que atuarão no âmbito do Comando da Aeronáutica. O EAT se constitui das seguintes fases:

- 1) Adaptação à atividade militar por meio da instrução militar;
- 2) Adaptação à atividade funcional por intermédio do trabalho na respectiva área de atuação profissional; e
- 3) Aprimoramento profissional.

Neste sentido o convocado, primeiramente, exerce as atividades relativas ao militarismo e, de maneira secundária, o exercício das funções relativas a sua especialidade pelo qual foi selecionado em edital de convocação.

É importante sinalizar que nos editais de convocação pesquisados dos anos de 2010, 2011, 2013 e 2014 da Aeronáutica não são explicitadas as atribuições dos arquivistas incorporados ao serviço militar na FAB.

De sorte, que os quadros QCOA e QOCon tem por objetivo atender, em caráter temporário, em tempo de paz, às necessidades operacionais da Força Aérea que não foram supridas pelos quadros regulares de pessoal do Comando da Aeronáutica (COMAER). Nestes quadros o profissional tem o tempo máximo de permanência na ativa de oito anos, que pode ser estendido em até mais um ano, de acordo com a conveniência da Administração e desde que, em tempo de paz.

Vale ressaltar a promulgação da Lei nº 12.797, de 4 de abril de 2013, que dispõe sobre a criação do Quadro de Oficiais de Apoio (QOAp) no Corpo de Oficiais da Ativa de carreira do Comando da Aeronáutica. Que objetiva, sobretudo, absorver as especialidades do QFO, do CFRA e do QCOA, que entrarão em extinção.

Até o momento, o QOAp não tem a intenção de contratar arquivistas para composição deste quadro. Portanto, conforme já mencionado, a partir do ano de 2013, a presença do profissional de Arquivologia na Aeronáutica vem sendo destacada pela sua contratação em editais de convocação da referida instituição militar somente para ingresso no quadro QOCon.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A leitura da pesquisa do Observatório da Profissão de Informação-Documentação, **A imagem das competências dos profissionais de informação-documentação**, de 2006, que mapeia parte da literatura sobre a situação profissional da informação e relata o desenvolvimento de um estudo realizado com intuito de analisar e diagnosticar o desenvolvimento profissional na área da Informação-Documentação, em Portugal, influenciou na busca de estudos relacionados às perspectivas da Sociologia das Profissões para melhor entendimento dos profissionais arquivistas em seu processo de reconhecimento profissional e do seu perfil.

Desta forma, com o auxílio da literatura em Sociologia das Profissões, buscou-se traçar métodos para melhor entender como se encontra hoje o reconhecimento do profissional de Arquivologia ingressante na FAB e que perfil este possui, a partir da compreensão dos fatores indicados nesta literatura e da realidade observada.

O ponto de partida da pesquisa deu-se a partir do meu ingresso como arquivista da FAB, no ano de 2013, quando, a partir daí, surgiram inquietações que originaram esta pesquisa acerca do perfil dos arquivistas das Forças Armadas no Brasil (Exército, Marinha e Aeronáutica). O objetivo inicial do trabalho seria mapear as atribuições exigidas do profissional de arquivo através dos editais de convocação das Forças Armadas brasileiras no período compreendido entre os anos de 2004 a 2014, relacionando-as com a visibilidade do profissional arquivista no Brasil.

Entretanto, devidos às dificuldades de encontrar pessoal que pudesse contribuir para o avanço da pesquisa, em especial, no Exército e na Marinha, além do pouco tempo hábil para desenvolvimento da pesquisa – já que buscava, inicialmente, realizar um estudo com as três Forças Armadas brasileiras – optou-se por focar a investigação somente na FAB.

A restrição do campo de análise também se deu pelo fato da investigadora estar inserida neste contexto, fazendo parte do objeto de investigação que, como bem esclarece Lévy-Strauss (1975): “Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação” (LÉVY-STRAUSS, 1975 apud DESLANDE; GOMES; MINAYO, 2009, p. 13). Na área das Ciências Sociais, Deslande, Gomes e Minayo (2009) observam que é possível tratarmos da nossa própria realidade na qual somos agentes. A autora ainda ressalta

que nas Ciências Sociais existe uma identidade entre sujeito e objeto. Sendo assim, o fato de estar inserida na Aeronáutica, conforme mencionado anteriormente, possibilita a reunião de maior conhecimento sobre a instituição a partir do trabalho nela desenvolvido. Desta maneira, Deslande, Gomes e Minayo (2009) reforçam esta pesquisa:

Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudos se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Ou seja, a relação neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação. (DESLANDE; GOMES; MINAYO, 2009, p. 13 e 14)

Sendo assim, concluímos que fazer pesquisa não significa escolher um único método e ir com ele até o fim, muitas vezes nos deparamos com situações que nos fazem rever certos caminhos. Segundo Derrida (2002) a desconstrução de um caminho não significa a sua destruição, mas sim a sua desmontagem, para que possa ser novamente construído, já que este considera que a construção é a desconstrução de um caminho com um novo olhar.

Neste cenário nos colocamos a pensar o quanto o objeto de estudo possui imbricamentos com a realidade do pesquisador, ele surge a partir das necessidades do sujeito-pesquisador em responder ou pelo menos refletir sobre questões que de alguma forma o inquietam.

Desta forma, analisando o edital de convocação para o QOCon, foi verificado no ano de 2013, ano da entrada da autora na FAB, o ingresso de trinta e dois arquivistas em todo o Brasil. Destes, ingressaram dezessete na cidade do Rio de Janeiro.

Após examinar o edital de convocação do ano de 2013, publicado através da Portaria nº 36/GC3, de 10 de janeiro de 2013, o Aviso de Convocação, Seleção e Incorporação de Profissionais de Nível Superior Voluntários à Prestação do Serviço Militar Temporário, foi verificado que não constava neste as atribuições dos profissionais de Arquivologia. Sendo assim, foi buscado nos demais editais disponibilizados no *site* da FAB e na SERMOB do III COMAR, dos anos de 2010, 2011 e 2014, a mesma informação. Tais editais foram obtidos por meio da página eletrônica da Aeronáutica (www.fab.mil.br) e por solicitação feita junto ao SERMOB do III COMAR. Vale ressaltar ainda que não foram encontrados todos editais de ingresso

de arquivistas na FAB – do ano de 1953 para o concurso do MAER; dos anos de 1982, 1985 e 1989 para ingresso no quadro QFO; dos anos de 2004, 2006, 2007, 2008 e 2009 para ingresso no quadro QCOA. Além das dificuldades para obtenção dos editais, constatou-se que, em alguns casos, os funcionários envolvidos no processo de solicitação nas Unidades não sabiam dar informações precisas.

Desta maneira, foram solicitados para verificação das atribuições dos profissionais de Arquivologia os editais que ainda não haviam sido encontrados por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), no endereço eletrônico <http://www.acessoainformacao.gov.br>, viabilizado a partir da Lei nº 12.527⁸, de 18 de novembro de 2011, que regulamenta o acesso às informações públicas. Este portal permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe, acompanhe e obtenha respostas aos pedidos de acesso à informação através do *site*.

Conforme resposta à solicitação realizada em 14 de abril de 2015, a obtenção dos editais deveria ser realizada somente através do endereço eletrônico da FAB (www.fab.mil.br), na aba “Formas de Ingresso” ou, ainda, nas mídias sociais da FAB nos seguintes: Facebook: [facebook.com/aeronauticaoficial](https://www.facebook.com/aeronauticaoficial); Twitter: @portalfab; Instagram: @fab_oficial; e Força Aérea Blog: <http://www.forcaareablog.aer.mil.br>.

Assim sendo, após análise dos editais de convocação da FAB dos anos de 2010, 2011, 2013 e 2014 foi constatada a inexistência das atribuições designadas ao profissional de Arquivologia ingressante na Aeronáutica. Concluímos que por não serem reveladas as atribuições dos profissionais nos editais de convocação, a Aeronáutica não utiliza o conceito de profissão, como destaca Weber (2012, p. 91): “chamamos ‘profissão’ aquela especificação, especialização e combinação dos serviços de uma pessoa que, para esta, constituem o fundamento de uma possibilidade contínua de abastecimento ou aquisição”. Desta maneira, por não explicitar em seus editais as atribuições dos profissionais convocados para a FAB, nos leva a pensar que não há conhecimento pleno entre os gestores acerca das atividades desenvolvidas pelos profissionais de Arquivologia.

⁸ Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm Acesso em: 29 de agosto de 2015.

Um fator importante para delimitar o universo da pesquisa foi estabelecer a região da cidade do Rio de Janeiro como local de observação, visto que esta possuía o maior número de arquivistas convocados no processo seletivo de 2013 para Quadro de Oficiais da Aeronáutica. E, além disso, por ser também o local na qual a mestranda está inserida, facilitando a sua entrada nas OM para a realização das entrevistas, e, por último, por estar localizado o Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC).

Faz-se relevante indicar que neste trabalho foram selecionadas, para estudo na FAB, somente as OM que possuem arquivistas em seu efetivo na região do Rio de Janeiro.

Sendo assim, como etapas a serem executadas para verificar quem são esses arquivistas que fazem parte do corpo de militares da FAB, foram estabelecidas métodos de verificação. O primeiro deles, em julho de 2014, foi a averiguação destes profissionais no SIGPES – sistema que gerencia as informações dos servidores da Aeronáutica –, onde pôde-se observar o total de vinte e nove arquivistas, sendo destes um pertencente ao Quadro Feminino de Oficiais (QFO), onze ao Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA) e dezessete ao Quadro de Oficiais da Reserva de Segunda Classe Convocados da Aeronáutica (QOCon).

A pesquisa no sistema supracitado apresentou-se limitada, pois era possível saber somente quem eram os arquivistas, o seu posto, a organização em que estava lotado e o tempo de serviço, não constando, por exemplo, as atividades desempenhadas por este profissional nas suas OM.

Dando prosseguimento ao trabalho, foi realizada em fevereiro de 2015 uma segunda consulta ao SIGPES onde foi observado o aumento no número de arquivistas incorporados à Aeronáutica: três em 2014 e um em 2015. Desta forma, destaca-se a existência de mercados de trabalho abertos pelo reconhecimento de sua necessidade social, isto é, a demanda por determinados serviços pelo mercado de trabalho. Observa-se neste aspecto o estudo pautado na literatura sobre Sociologia das Profissões, onde foram feitas conexões neste trabalho para verificação da abertura de vagas para a especialidade de Arquivologia na FAB, sobretudo a partir do ano de 2013.

Observando o número de arquivistas incorporados ao serviço ativo da FAB na região do Rio de Janeiro surgiu, como primeira questão, conhecer o perfil do arquivista do Comando da Aeronáutica (COMAER) na referida região. Dentro desta perspectiva,

outros questionamentos foram suscitados, tais como: 1) Quais eram os concursos abertos para arquivistas; 2) Qual o grau de especialização dos arquivistas da FAB lotados na região do Rio de Janeiro; e 3) quais são as atribuições dos atuais arquivistas da FAB na região do Rio de Janeiro.

Como a metodologia é caminho da pesquisa, e que muitas vezes pode ser alterado em função das próprias dificuldades e questões que surgem no decorrer da mesma, optou-se pelo estudo da identificação do perfil dos arquivistas do COMAER.

Visto que não há, até o momento, nenhuma produção ou organização de um trabalho sobre o tema, fez-se relevante abordar o perfil e o ingresso deste profissional na referida instituição.

Com base nas características deste trabalho, pode-se afirmar que se trata de uma pesquisa quantitativa-qualitativa, pois, segundo Deslande, Gomes e Minayo (2009), representa-se como parte da realidade social no pensar sobre o que faz, na realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. E, reforçando o argumento, nela são elencadas as possibilidades concretas de investigação segundo a realidade da qual a autora é o próprio sujeito e objeto da pesquisa. Sendo assim, através da coleta de dados e posterior análise, pretende-se conhecer o perfil deste profissional na FAB.

Paralelo a estas atividades, foram realizadas visitas às OM da região do Rio de Janeiro a fim de somar um número maior de informações a respeito destes arquivistas. Nestas pesquisas foram identificados profissionais de Arquivologia que ingressaram, primeiramente, como civis, na década de 1950, através de concurso público para o Departamento de Aviação Civil (DAC), e, na década de 1980, com a finalidade voltada para o cumprimento do serviço militar ativo, através de concurso público para o QFO. Estes foram os primeiros arquivistas na cidade do Rio de Janeiro a fazer parte desta instituição.

As informações obtidas após visitas às OM apresentaram-se muito relevantes para o trabalho, pois estas tratam da história dos primeiros profissionais ligados aos serviços de arquivo da FAB. Desta maneira, foram elaboradas duas seções para tratar desta parte da história, onde a maior parte dos relatos foi baseada em entrevistas entre a autora e as arquivistas do QFO e, também, em documentos encontrados nas Unidades.

Na seção 5 – Coleta e Análise de Dados – com o intuito de obter maiores esclarecimentos sobre o perfil dos arquivistas da FAB, foi utilizado como instrumento de investigação questionários que ajudaram a analisar o perfil dos profissionais de

Arquivologia na cidade do Rio de Janeiro que ingressaram na instituição entre os anos de 2007 até 2015 e que, portanto, estão atualmente no serviço ativo da referida Força Armada. Este questionário consta no APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.

Neste questionário figuram os seguintes fatores a serem analisados: Gênero; Nível escolar; Experiência profissional; Ano de ingresso na FAB; Idade de ingresso na FAB; Motivação para ingresso na FAB; Quadro de convocação a que pertence; Organização Militar que pertence; Desenvolvimento de atividades ligadas diretamente aos Arquivos; e Principais atividades desenvolvidas no seu setor, conforme explicitado na seção análise e coleta de dados.

Na seção seguinte serão analisados os fatores supracitados para traçar o perfil do arquivista ingressante na FAB entre os anos de 2007 até 2015 na região do Rio de Janeiro.

5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Buscando compreender o perfil dos arquivistas que fazem parte do corpo de militares no serviço ativo da FAB na região do Rio de Janeiro, foram realizadas algumas visitas ao CENDOC, pesquisas no sistema da Aeronáutica sobre dados do pessoal militar, análise de dados no SIGPES, além de entrevistas com os arquivistas que atualmente estão na reserva⁹ e, como principal fonte de informações deste trabalho, aplicação de questionários entre os meses de março e abril de 2015 aos arquivistas que estão no serviço militar ativo da FAB.

Com a intenção de analisar o número de arquivistas no serviço ativo da FAB, em julho de 2014, foi verificado no SIGPES quem seriam estes arquivistas. Averiguou-se que das oitenta OM jurisdicionadas localizadas na região do Rio de Janeiro, somente treze possuíam arquivistas em seu efetivo. As OM verificadas foram: Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica (INCAER), Diretoria de Saúde da Aeronáutica (DIRSA), Serviço Geral de Correspondência e Arquivo da Aeronáutica (SEGECAE), Centro de Documentação da Aeronáutica (CENDOC), Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR), Terceiro Comando Aéreo Regional (III COMAR), Museu Aeroespacial (MUSAL), Diretoria de Engenharia de Aeronáutica (DIRENG), Diretoria de Intendência (DIRINT), Hospital de Força Aérea do Galeão (HFAG), Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e Universidade da Força Aérea (UNIFA).

Para preservar a identidade dos participantes, optou-se por criar códigos, de acordo com o grau de hierarquia do militar. Porém, é importante deixar claro que no questionário os participantes podiam optar por se identificar ou não, uma vez que tinham a possibilidade de ocultar seus nomes, tendo em vista que pertencem a um quadro de uma instituição pública militar. Desta maneira, trataremos os participantes como AQV – sigla da especialidade Arquivologia – e o número referente a sua antiguidade¹⁰ no grupo de arquivistas da FAB no Rio de Janeiro e, assim, no levantamento realizado em julho de 2014 foi apresentado o seguinte quadro:

⁹ Entrevista com a arquivista do QFO e a autora em 21 de agosto de 2014.

¹⁰ Ordem referente ao grau hierárquico existente nas Forças Armadas.

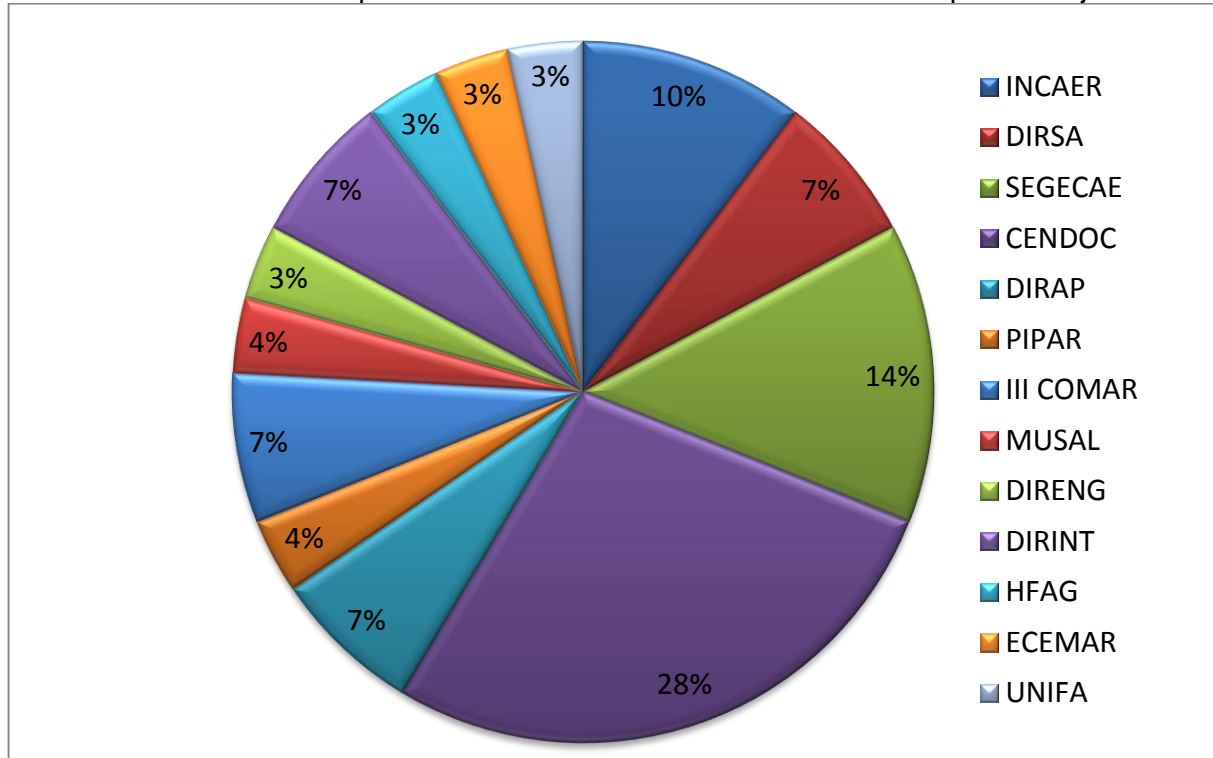
Quadro 5 – Arquivistas no serviço ativo da FAB em julho de 2014.

CÓDIGO	POSTO	QUADRO	ANO DE INGRESSO	ORGANIZAÇÃO MILITAR
AQV01	Tenente Coronel	QFO	1989	INCAER
AQV02	1º Tenente	QCOA	2007	DIRSA
AQV03	1º Tenente	QCOA	2007	SEGECAE
AQV04	1º Tenente	QCOA	2007	CENDOC
AQV05	1º Tenente	QCOA	2007	III COMAR
AQV06	1º Tenente	QCOA	2008	SEGECAE
AQV07	1º Tenente	QCOA	2009	CENDOC
AQV08	1º Tenente	QCOA	2009	DIRAP
AQV09	1º Tenente	QCOA	2010	INCAER
AQV10	1º Tenente	QCOA	2010	SEGECAE
AQV11	2º Tenente	QCOA	2011	CENDOC
AQV12	2º Tenente	QCOA	2011	CENDOC
AQV13	2º Tenente	QOCON	2013	INCAER
AQV14	2º Tenente	QOCON	2013	MUSAL
AQV15	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV16	2º Tenente	QOCON	2013	DIRENG
AQV17	2º Tenente	QOCON	2013	SEGECAE
AQV18	2º Tenente	QOCON	2013	DIRSA

AQV19	2º Tenente	QOCON	2013	DIRAP
AQV20	2º Tenente	QOCON	2013	III COMAR
AQV21	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV22	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV23	2º Tenente	QOCON	2013	DIRINT
AQV24	2º Tenente	QOCON	2013	PIPAR
AQV25	2º Tenente	QOCON	2013	HFAG
AQV26	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV27	2º Tenente	QOCON	2013	DIRINT
AQV28	2º Tenente	QOCON	2013	ECEMAR
AQV29	2º Tenente	QOCON	2013	UNIFA

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES)

Desta maneira, segundo pesquisa realizada em julho de 2014 no SIGPES, verificamos que existiam vinte e nove arquivistas distribuídos em treze OM do Rio de Janeiro da seguinte forma: 10% no INCAER, 7% na DIRSA, 14% no SEGECAE, 28% no CENDOC, 7% na DIRAP, 4% na PIPAR, 7% no III COMAR, 4% no MUSAL, 3% na DIRENG, 7% na DIRINT, 3% no HFAG, 3% na ECEMAR e 3% na UNIFA. Para efeitos de ilustração, os dados são apresentados no **gráfico 1**:

Gráfico 1 – Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por OM – julho/2014

Fonte: elaboração própria

Em visita ao CENDOC foram encontrados registros de todos os profissionais que já prestaram ou prestam atualmente serviços ligados aos arquivos na FAB. Nestes registros foi verificado, conforme seção anterior, que, inicialmente, os profissionais que exerciam seus trabalhos ligados aos arquivos na instituição, a partir da década de 1950, eram civis, mulheres e foram contratadas por meio de concurso público. Posteriormente, na década de 1980, ingressaram profissionais de Arquivologia, porém estes eram arquivistas que estavam vinculados ao serviço militar da instituição. A partir destes registros foi possível traçar o histórico de ingresso dos profissionais ligados aos serviços de arquivo que exerceram suas atividades na FAB e ingressaram na instituição entre os anos de 1950 até 1989, na região do Rio de Janeiro, e constatar que todos estes iniciaram suas atividades na Força por meio de concursos públicos na instituição.

Nos registros existentes no CENDOC, ingressaram, na região do Rio de Janeiro, por meio de concurso público para o quadro QFO, cinco arquivistas durante

a década de 1980, sendo registrado o último concurso para arquivistas deste quadro em 1989 (informação verbal)¹¹.

Conforme já dito, o quadro QFO era destinado à contratação de militares que pertenceriam ao quadro de carreira, ou seja, nestes quadros a expectativa era de até 30 anos de serviço ativo, podendo chegar ao posto de Tenente-Coronel – segunda maior patente de Oficial Superior.

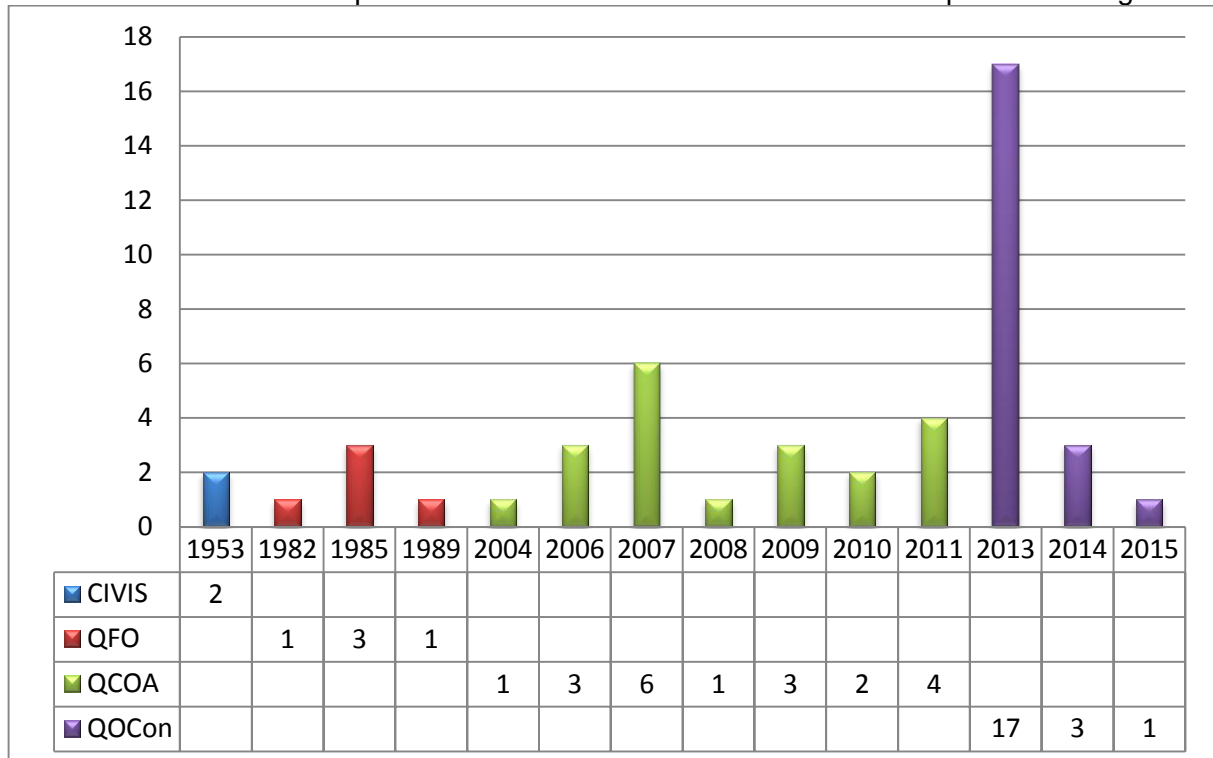
Após o último concurso para ingresso de arquivistas no QFO em 1989, somente no ano de 2004 foram realizados novos concursos públicos para o preenchimento de vagas para arquivistas ingressantes na FAB. Desta vez o ingresso se deu através do QCOA, onde foram realizados sete concursos públicos entre os anos de 2004 até 2011 e a partir do ano de 2013 os arquivistas ingressaram na FAB através do QOCon.

De sorte, com o quadro QFO extinto no ano de 1989, a partir de 2004, verificamos o ingresso na FAB para arquivistas de ambos os sexos para a especialidade de Arquivologia nos quadros QCOA e QOCon.

Como informado na seção anterior, os quadros QCOA e QOCon têm o caráter de contratação temporária, com o tempo máximo de serviço militar ativo de oito anos, podendo ser estendido por até mais um ano, totalizando nove anos de serviço prestado e podendo chegar ao posto máximo de 1º Tenente – primeira maior patente de Oficial Subalterno.

Desta maneira, com os dados até aqui relatados a partir de pesquisa realizada em visita ao CENDOC, foi possível organizar o histórico e o ingresso de arquivistas no serviço da FAB. Com verificação destes dados, foi elaborado o seguinte quadro:

¹¹ Entrevista com a arquivista do QFO e a autora em 21 de agosto de 2014.

Gráfico 2: Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por ano de ingresso

Fonte: elaboração própria

As dificuldades para compor a pesquisa eram inúmeras, dentre elas estava a dispersão das OM na cidade do Rio de Janeiro e o acesso aos arquivistas de cada Unidade. Outro fator que dificultou o desenvolvimento da investigação foram os diversos registros existentes e, por este motivo, foi necessário verificar nas OM os documentos que continham dados armazenados sobre estes profissionais para, então, nortear a composição deste trabalho.

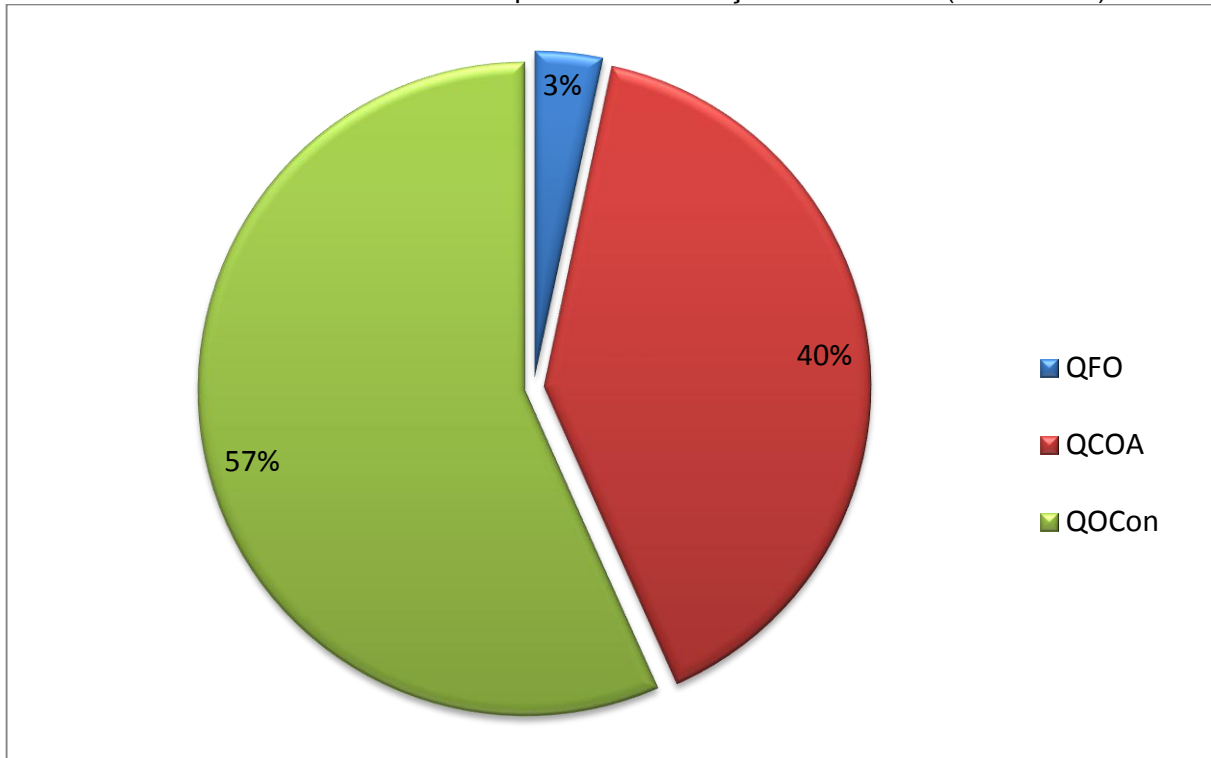
Para buscar maiores informações que pudessem elucidar melhor esta investigação, foi utilizado novamente o SIGPES. Neste sistema foram apresentados somente os dados sobre os militares que estão atualmente no serviço ativo da FAB. Esta etapa de verificação mostrou-se importante para que fosse realizada a localização dos arquivistas, a fim de que os mesmos pudessem participar desta pesquisa.

Conforme a primeira verificação no mês de julho de 2014, representada no **quadro 2**, foram observados somente os seguintes fatores: quem são esses arquivistas, quantos são, onde estão lotados e a qual quadro de ingresso pertencem no âmbito do serviço ativo da FAB na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda sobre a pesquisa realizada em julho de 2014, podemos observar o número de arquivistas de acordo com o quadro de ingresso na FAB onde

representavam 3% no QFO, 40% no QCOA e 57% no QOCon. Como representação deste universo foi elaborado o seguinte gráfico:

Gráfico 3 – Quantitativo de arquivistas no serviço ativo da FAB (Julho/2014)



Fonte: elaboração própria

Sendo assim, a partir destes dados coletados inicialmente em julho de 2014 no SIGPES, foi elaborado um questionário para ser aplicado aos arquivistas no serviço ativo da FAB lotados na cidade do Rio de Janeiro. Estes questionários foram aplicados em março de 2015 e recolhidos para análise e composição dos relatórios de pesquisa em abril do mesmo ano.

Na elaboração das questões a serem desenvolvidas, onde o objetivo é o de traçar o perfil do arquivista atualmente no serviço ativo da Força Aérea Brasileira, foram verificados os seguintes fatores:

- Gênero;
- Nível escolar;
- Experiência profissional;
- Ano de ingresso na FAB;
- Idade de ingresso na FAB;

- Motivação para ingresso na FAB;
- Quadro de convocação a que pertence;
- Organização Militar que pertence;
- Desenvolvimento de atividades ligadas diretamente aos Arquivos; e
- Principais atividades desenvolvidas no seu setor.

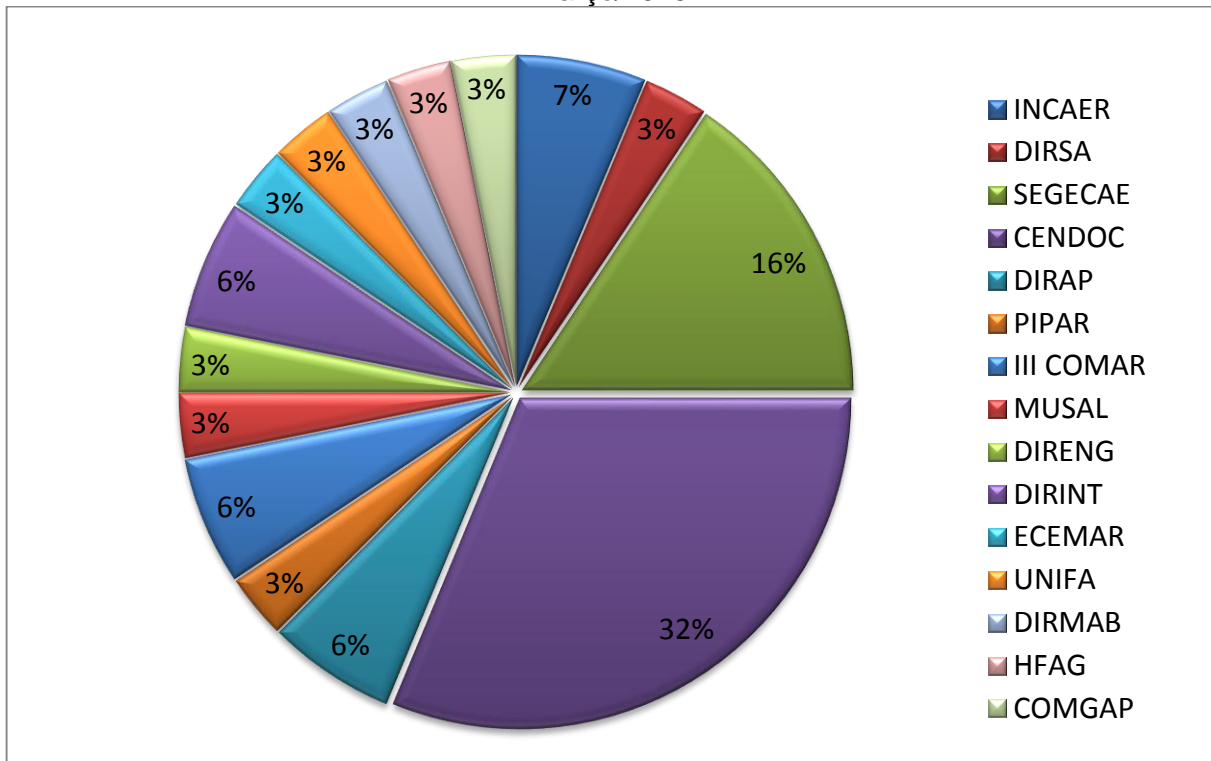
Como já abordado acima, para aplicação do questionário era necessário mapear os arquivistas no serviço ativo com intuito de localizar as OM em que estes profissionais estavam lotados. Sendo assim, foi realizada nova pesquisa no SIGPES em março de 2015, onde o cenário era o seguinte: trinta arquivistas no serviço ativo da FAB na cidade do Rio de Janeiro, sendo deste total dez pertencentes ao quadro QCOA e vinte ao QOCon.

De sorte que são oitenta OM localizadas na cidade do Rio de Janeiro. E nesta segunda medição no SIGPES, em março de 2015, observou-se que o número OM que possuíam arquivistas em seu efetivo foi alterado para quinze com relação a primeira pesquisa realizada ao SIGPES, em julho de 2014.

Desta maneira, foi constatado que nas Unidades COMGAP e DIRMAB, após última verificação, passaram a ter arquivistas em seu efetivo.

Em março de 2015, as OM do Rio de Janeiro que possuem arquivistas e seu quantitativo são: 32% no CENDOC, 3% no COMGAP, 6% na DIRAP, 3% na DIRENG, 6% na DIRINT, 3% na DIRMAB, 3% na DIRSA, 3% na ECEMAR, 3% no HFAG, 7% no INCAER, 3% no MUSAL, 3% na PIPAR, 16% no SEGECAE, 6% no III COMAR e 3% na UNIFA. Para representação deste universo foi elaborado o **gráfico 4**:

Gráfico 4 – Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por OM – março/2015



Fonte: elaboração própria

Desta maneira, em março de 2015, foi realizado novo exame no SIGPES, onde se verificou a atual situação dos arquivistas na FAB na região do Rio de Janeiro, a qual se apresentava da seguinte forma:

Quadro 6 – Arquivistas no serviço ativo da FAB em março de 2015.

CÓDIGO	POSTO	QUADRO	ANO DE INGRESSO	ORGANIZAÇÃO MILITAR
AQV03	1º Tenente	QCOA	2007	SEGECAE
AQV04	1º Tenente	QCOA	2007	CENDOC
AQV05	1º Tenente	QCOA	2007	III COMAR
AQV06	1º Tenente	QCOA	2008	SEGECAE
AQV07	1º Tenente	QCOA	2009	CENDOC
AQV08	1º Tenente	QCOA	2009	DIRAP

AQV09	1º Tenente	QCOA	2010	INCAER
AQV10	1º Tenente	QCOA	2010	SEGECAE
AQV11	2º Tenente	QCOA	2011	CENDOC
AQV12	2º Tenente	QCOA	2011	CENDOC
AQV13	2º Tenente	QOCON	2013	INCAER
AQV14	2º Tenente	QOCON	2013	MUSAL
AQV15	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV16	2º Tenente	QOCON	2013	DIRENG
AQV18	2º Tenente	QOCON	2013	DIRSA
AQV19	2º Tenente	QOCON	2013	DIRAP
AQV20	2º Tenente	QOCON	2013	III COMAR
AQV21	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV22	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV23	2º Tenente	QOCON	2013	DIRINT
AQV24	2º Tenente	QOCON	2013	PIPAR
AQV25	2º Tenente	QOCON	2013	HFAG
AQV26	2º Tenente	QOCON	2013	CENDOC
AQV27	2º Tenente	QOCON	2013	DIRINT
AQV28	2º Tenente	QOCON	2013	ECEMAR
AQV29	2º Tenente	QOCON	2013	UNIFA
AQV30	2º Tenente	QOCON	2014	DIRMAB

AQV31	2º Tenente	QOCON	2014	SEGECAE
AQV32	2º Tenente	QOCON	2014	COMGAP
AQV33	2º Tenente	QOCON	2015	CENDOC

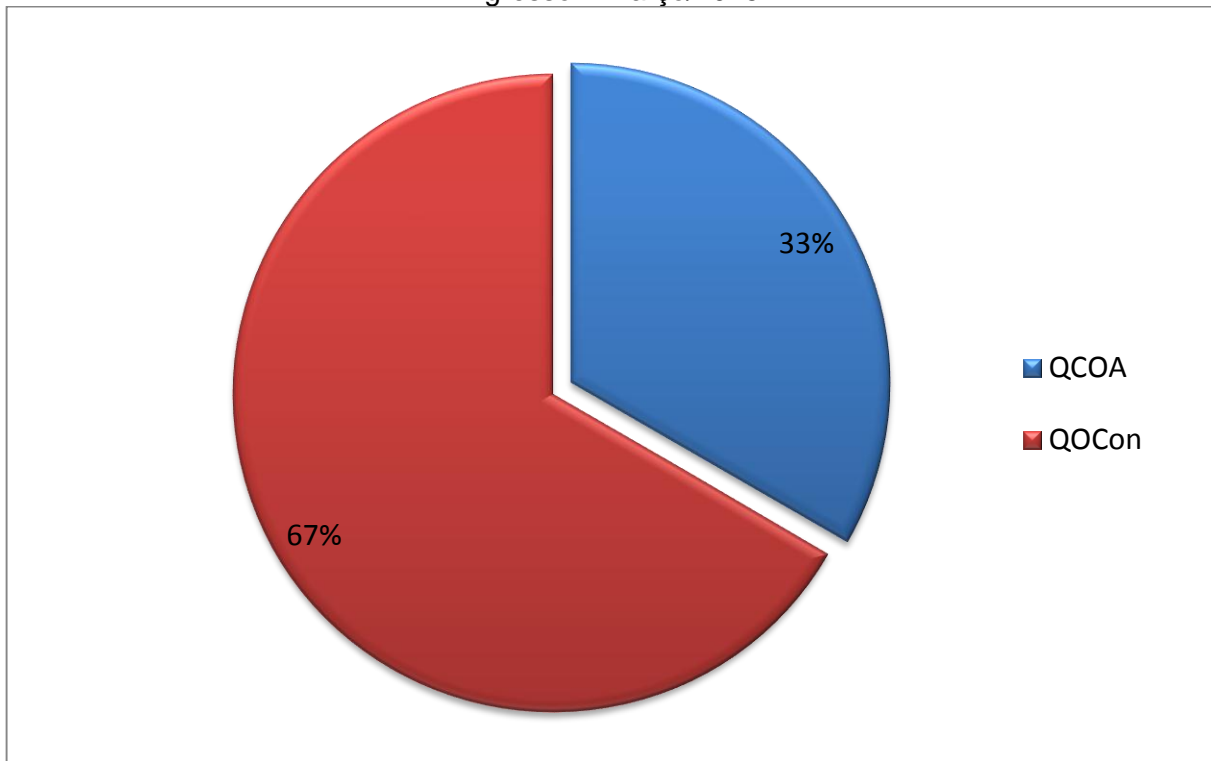
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal (SIGPES)

Após observação do **quadro 6**, onde é apresentada a situação dos arquivistas no serviço ativo da FAB em março de 2015, podemos compará-lo ao **quadro 5**, conforme foi verificada a situação dos arquivistas em julho de 2014, e podemos apontar as seguintes mudanças nestes cenários: 1) os arquivistas AQV01, AQV02 e AQV17, a partir de março de 2015, não fazem parte do corpo de militares da ativa da FAB; 2) ainda em outubro de 2014 ingressaram AQV30, AQV31 e AQV32 no serviço militar da FAB; e 3) em 2015 também ingressou na referida Força Armada AQV33.

É importante destacar que no cotejamento dos **quadros 5 e 6** observou-se que a última arquivista pertencente ao quadro QFO teve sua saída no ano de 2014, por este motivo não aparece na medição realizada em março de 2015. Sendo assim, no momento da pesquisa, destaca-se que todos os arquivistas no serviço militar ativo da FAB estavam contratados em regime temporário.

Desta forma, podemos representar, após medição realizada em março de 2015, o quantitativo de arquivistas no serviço militar ativo da FAB por quadro de ingresso da seguinte maneira:

Gráfico 5 – Número de arquivistas da FAB na cidade do Rio de Janeiro por quadro de ingresso – março/2015

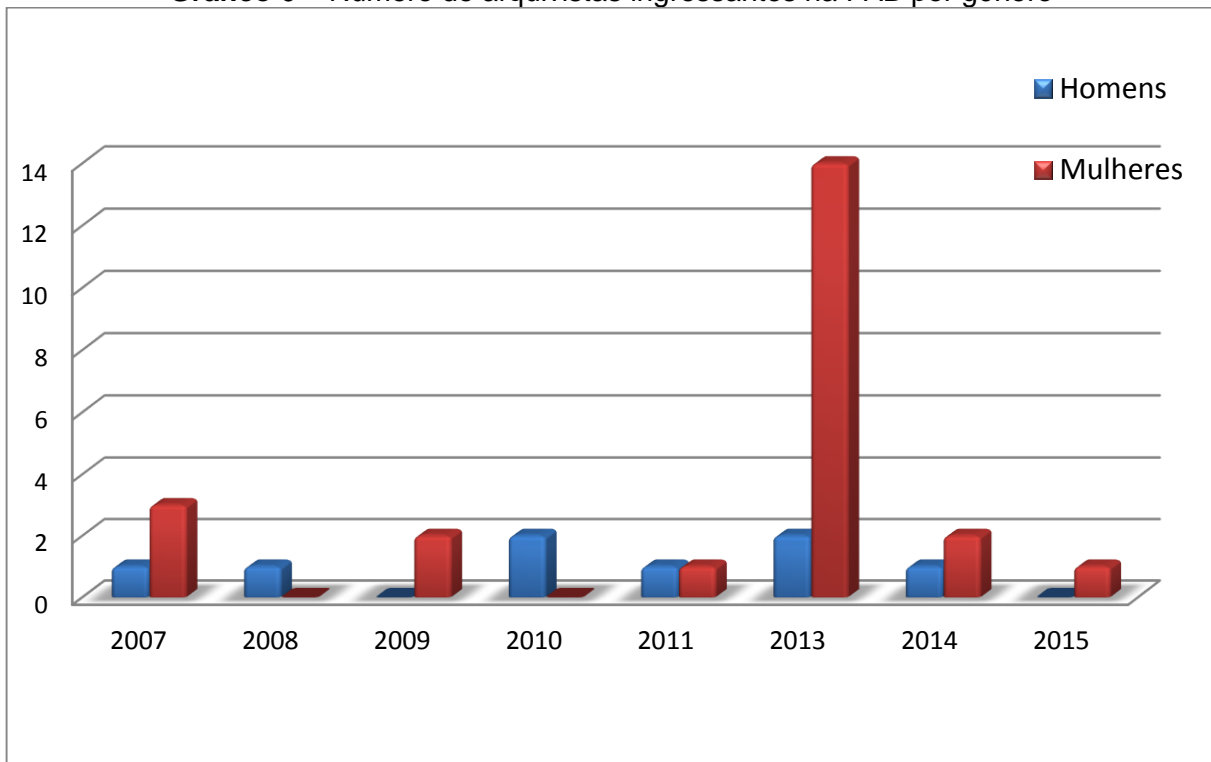


Fonte: elaboração própria

Sendo assim, verificamos a partir do **gráfico 5** que os dois quadros, QCOA e QOCon, em que estão atualmente lotados todos os arquivistas no serviço ativo da Aeronáutica, têm os seus profissionais mantidos em contratos temporários com a referida instituição.

No mapeamento dos arquivistas no serviço ativo constatamos, a partir da aplicação dos questionários, que trinta arquivistas estão atualmente no serviço ativo da FAB, na região do Rio de Janeiro e estes, dez pertencem ao QCOA – todos os arquivistas deste quadro participaram da pesquisa – e vinte pertencem ao QOCon – dezoito deste quadro optaram em participar da pesquisa.

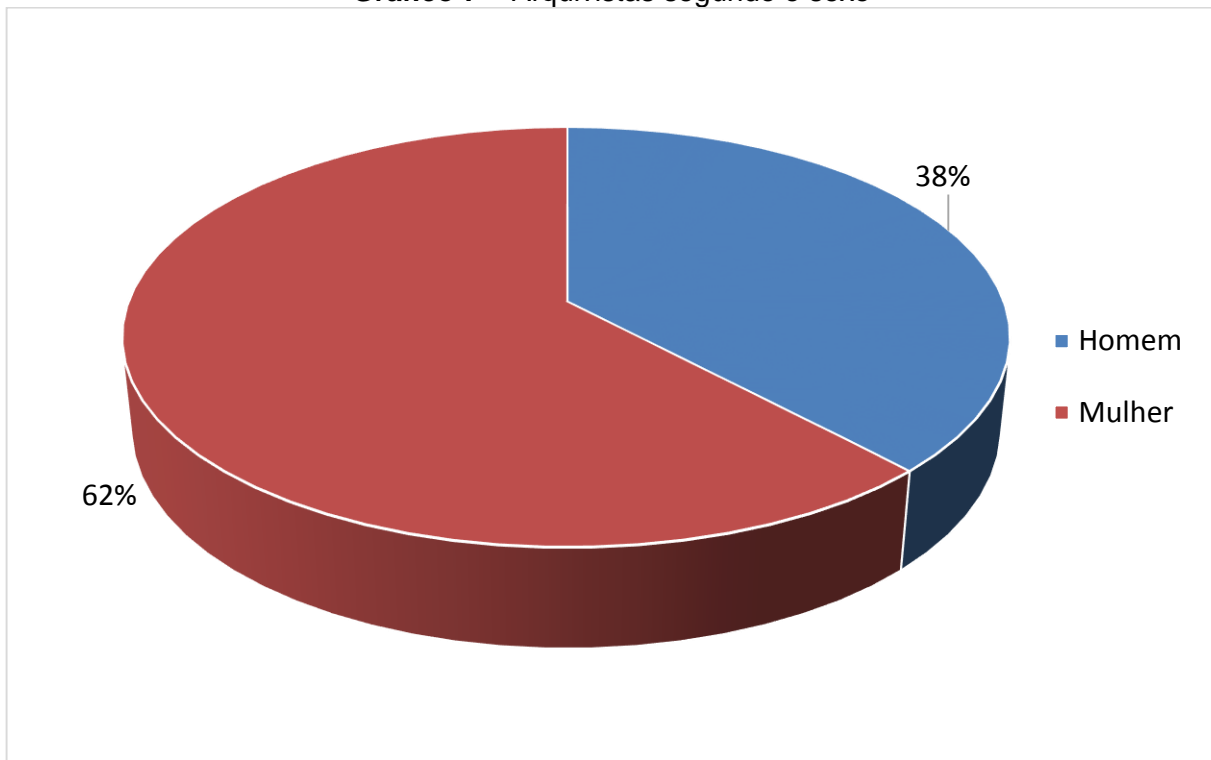
Analisando o primeiro item do questionário, no qual trata do número de arquivistas ingressantes na FAB por gênero, foi verificado, segundo os participantes da pesquisa, que atualmente existem oito homens e vinte mulheres no serviço ativo. Sendo assim, de acordo com os questionários respondidos, podemos observar no **gráfico 6** o número de ingressantes por gênero na FAB no serviço ativo da instituição, segundo o seu ano de convocação.

Gráfico 6 – Número de arquivistas ingressantes na FAB por gênero

Fonte: elaboração própria

Podemos observar o número elevado de ingressantes do sexo feminino no serviço ativo da FAB na região do Rio de Janeiro, durante o período pesquisado.

Sobre o fator “arquivistas por gênero”, Souza (2011, p.170) indica em sua pesquisa que em todo o Brasil foi registrado o maior número de profissionais do sexo feminino, com 62%, e para o sexo masculino 38%, conforme **gráfico 7**.

Gráfico 7 – Arquivistas segundo o sexo

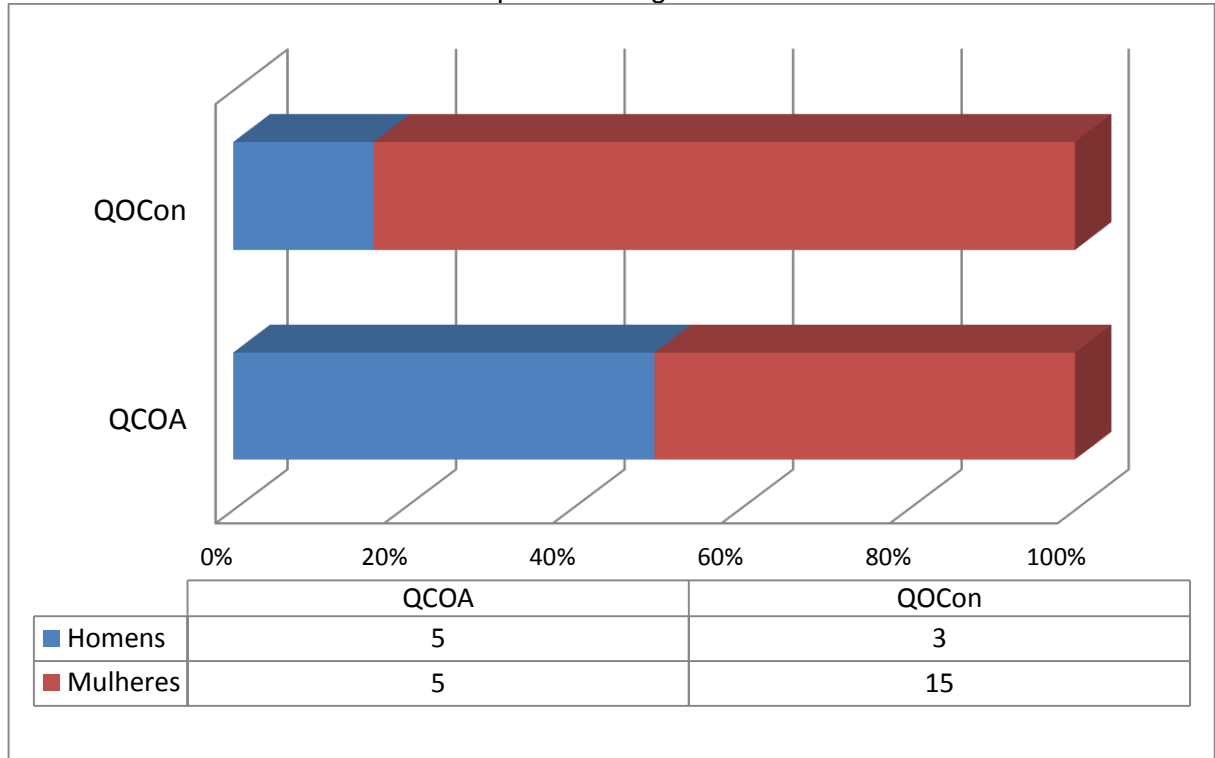
Fonte: SOUZA, 2011, p. 171

No que se refere ao sexo dos graduados, em outra análise, constatou-se, além do mencionado predomínio geral das mulheres, que estas também eram maioria em cada um dos grupos constituídos, ainda que três profissionais deixassem de informar o sexo. Obedecendo à ordem de maior a menor representação, no primeiro grupo, 2006-2008, o percentual de mulheres chegava a 34% do total (97 mulheres e 77 homens). No segundo grupo, o percentual era de 27% (76 mulheres e 45 homens). No terceiro grupo o percentual era mais reduzido, com 17% (46 mulheres e 26 homens). No grupo de 1994-1998 as mulheres representaram 9% do total. Com um percentual de 3% de mulheres, o grupo 1990-1993 registrou oito mulheres e três homens. Os grupos 1986-1989 e 1982-1985 apresentaram igual percentual de mulheres, com 4%. Por último, os graduados com formação mais antiga constituíram o grupo 1978-1982 com 2% do total das mulheres. Em complemento, verificou-se que o incremento da participação das mulheres no curso ocorreu posterior ao ano de 1999 [...]. (SOUZA, 2011, p. 171)

Observando ainda o **gráfico 6**, os números mostram que, em um contexto geral, houve aumento no número de arquivistas entre os anos de 2007 até 2015. Neste sentido, se compararmos o número de arquivistas ingressantes no ano de 2007 em relação aos de 2015, notamos o aumento oito vezes maior neste último em comparação àquele. Acerca das mulheres no serviço ativo da FAB, identifica-se que estas representam 80,77% dos profissionais de arquivo em atuação na referida Força Armada.

O aspecto gênero também pode ser representado a partir do **gráfico 8**, a seguir, onde podemos verificar o número de arquivistas da FAB lotados no Rio de Janeiro de acordo com o gênero relacionado ao quadro de ingresso.

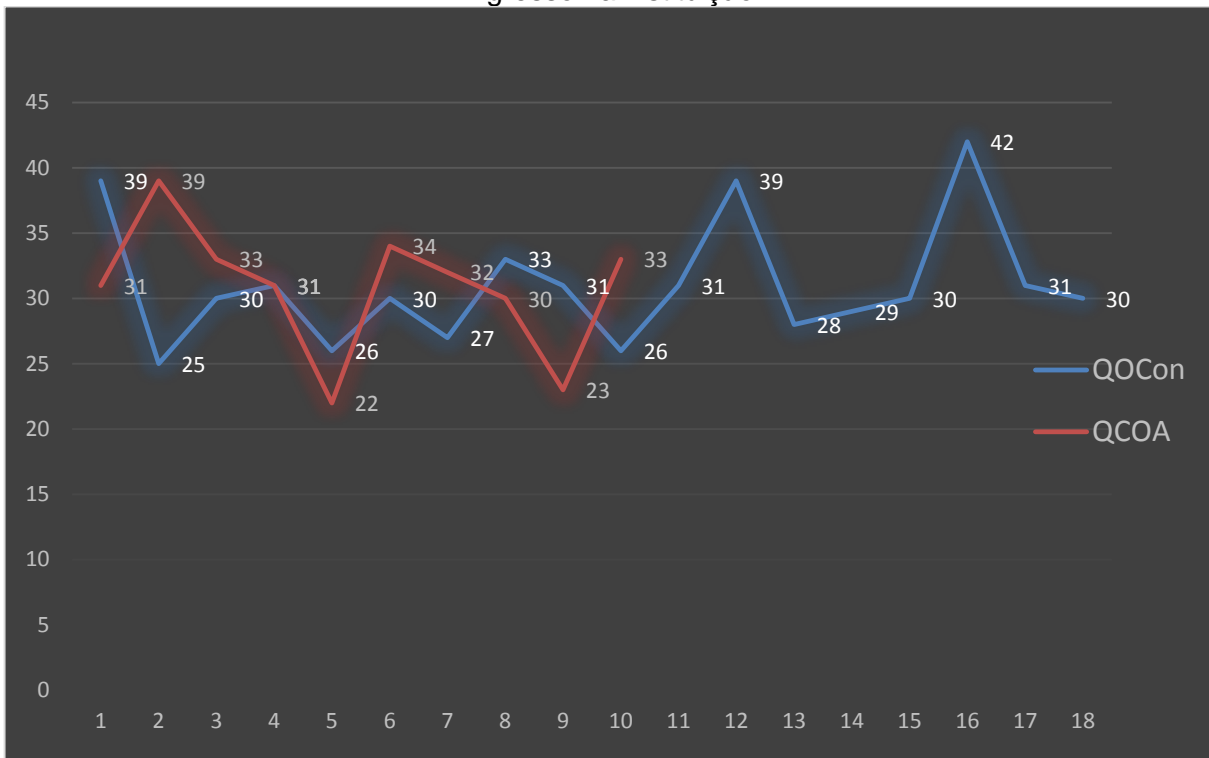
Gráfico 8 – Número de arquivistas da FAB no Rio de Janeiro por gênero de acordo com o quadro de ingresso



Fonte: elaboração própria

Outro aspecto verificado no questionário diz respeito a idade de ingresso do arquivista na FAB. Pode-se observar, segundo o **gráfico 9**, que a média de idade dos arquivistas ingressantes na FAB é de 30,8 anos para os arquivistas ingressantes do quadro QCOA e de 31 anos para os que ingressaram no quadro QOCon.

Gráfico 9 – Arquivistas da FAB no Rio de Janeiro de acordo com a idade e quadro de ingresso na instituição

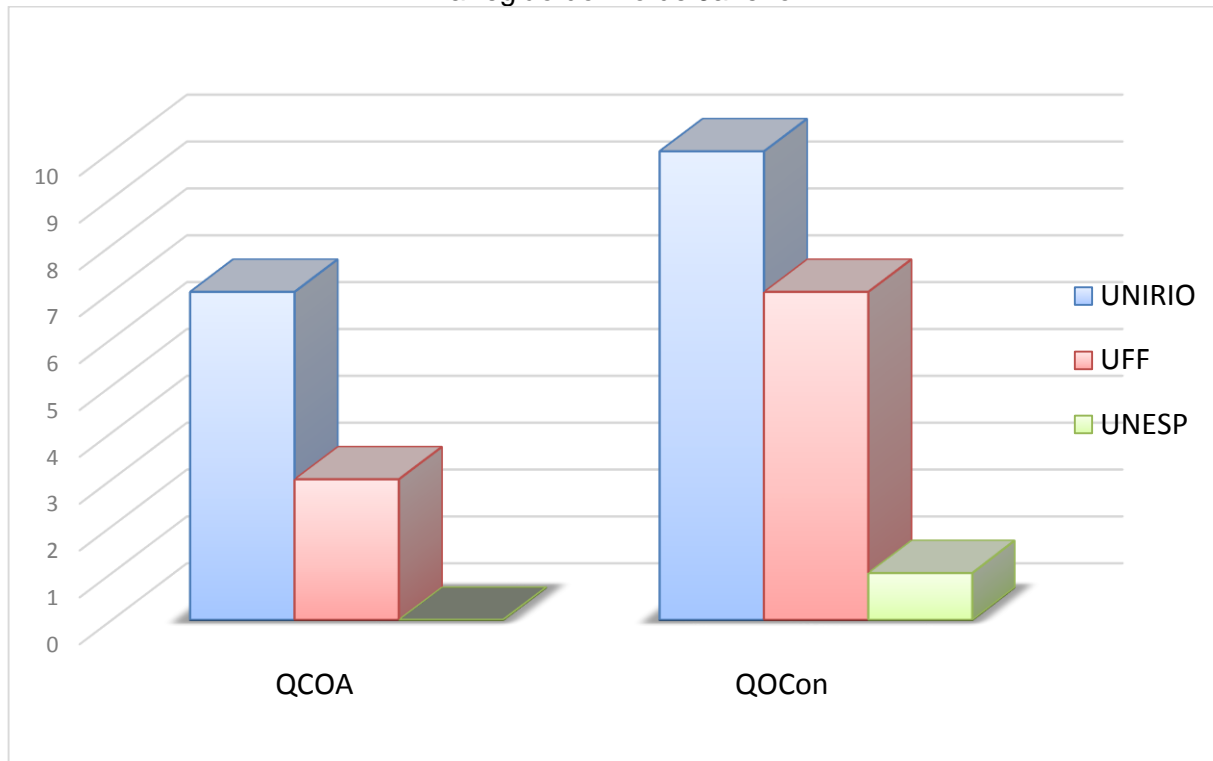


Fonte: elaboração própria

Em complemento a este dado, ressalto o trabalho de Souza (2011, p. 172), que indica a maior concentração de profissionais de Arquivologia pertencentes à faixa de idade localizada dos 20 aos 29 anos, em seguida a segunda maior faixa etária apresenta-se entre 30 a 39 anos. Desta maneira, verifica-se que a idade média de ingresso dos arquivistas da FAB está localizada no segundo grande grupo indicado na pesquisa de Souza (2011).

O terceiro fator analisado no questionário discorre sobre a formação e o grau de especialização dos profissionais de Arquivologia, ingressantes na Aeronáutica, que estão, atualmente, no serviço militar ativo e atuam na região do Rio de Janeiro. No **gráfico 10**, será analisado o primeiro fator na formação do profissional: sua graduação. Desta maneira, neste gráfico estão representadas as Universidades em que os arquivistas entrevistados neste trabalho obtiveram sua formação.

Gráfico 10 – Universidades de formação dos arquivistas atualmente no serviço ativo da FAB na região do Rio de Janeiro



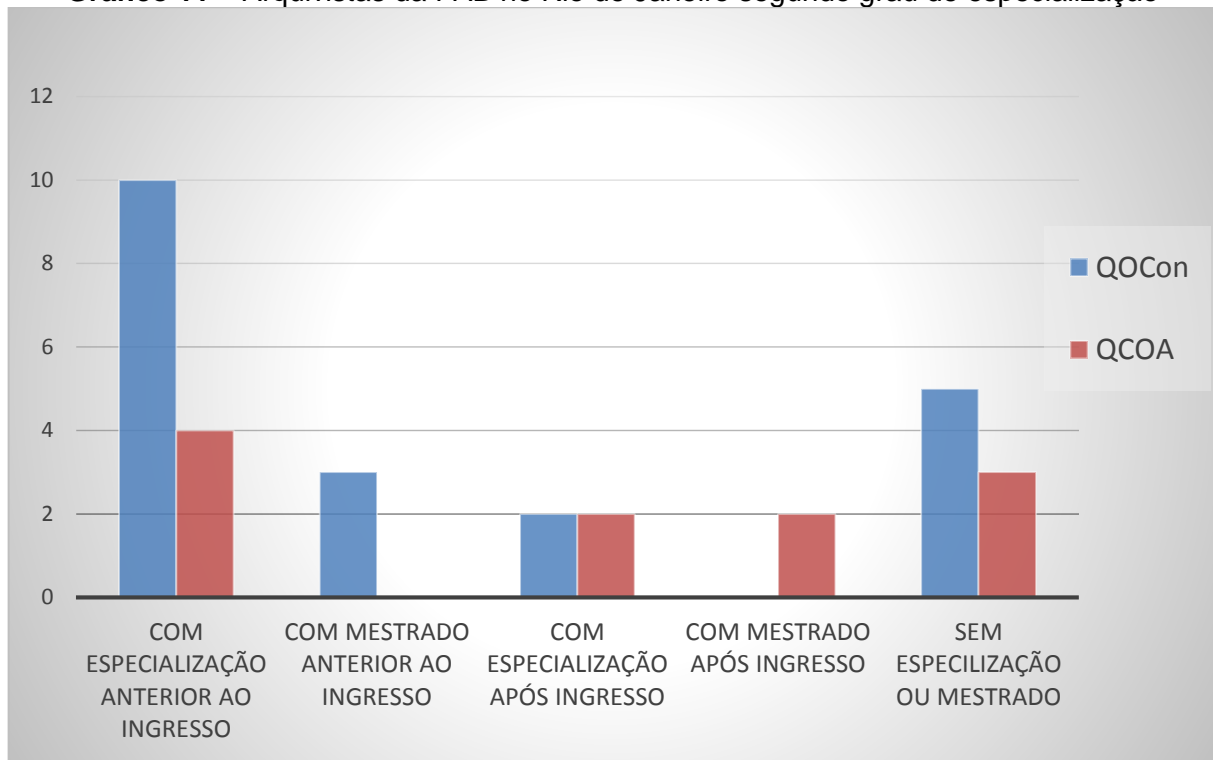
Fonte: elaboração própria

No **gráfico 9**, segundo respostas aos questionários aplicados, podemos constatar que nos quadros QCOA e QOCon o maior número de arquivistas formados são pela UNIRIO com o total de dezessete profissionais, a UFF é a segunda Universidade de formação dos arquivistas com dez arquivistas formados por esta Universidade e um arquivista formado pela Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília (UNESP).

Observando ainda no **gráfico 10**, verifica-se que alguns dos entrevistados migraram de suas cidades de origem ou que naquele momento residiam, pois nestas não possuíam o curso de Arquivologia. Sendo assim, vale destacar que: 1) AQV04, natural de São Luis, capital do estado do Maranhão, migrou para o Rio de Janeiro para cursar sua graduação na UNIRIO; 2) AQV11, natural de Niterói, migrou para Rio das Ostras, ambos municípios do estado do Rio de Janeiro, e retornou para a cidade de Niterói para cursar graduação na UFF; 3) AQV16, natural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, migrou para Marília, município de São Paulo, para cursar graduação na UNESP, concluiu em 2010 sua graduação e migrou para o Rio de Janeiro; e 4) AQV20, natural de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, migrou para Niterói para cursar graduação na UFF.

Ainda analisando o terceiro fator abordado no questionário aplicado aos arquivistas da FAB no serviço ativo na região do Rio de Janeiro que diz respeito a formação e ao grau de especialização destes, será representado no **gráfico 11** o número de arquivistas com especialização e/ou mestrado.

Gráfico 11 – Arquivistas da FAB no Rio de Janeiro segundo grau de especialização



Fonte: elaboração própria

O **gráfico 11** discorre sobre o ingresso de arquivistas em cursos de pós-graduação¹² *lato sensu* e *stricto sensu*, antes ou após seu ingresso no serviço da FAB. Sendo assim, após análise do gráfico, podemos afirmar que: 1) doze arquivistas do quadro QOCon possuem pós-graduação *lato sensu* na área, destes dez concluíram antes do ingresso na FAB e dois após; 2) no quadro QCOA seis possuem pós-graduação *lato sensu*, destes quatro concluíram antes do ingresso na FAB e dois após; 3) três arquivistas do quadro QOCon ingressaram em pós-graduação *stricto sensu* antes de seu ingresso na FAB, porém dois destes ainda não concluíram o curso e um concluiu em 2013; 4) dois arquivistas do quadro QCOA ingressaram em pós-

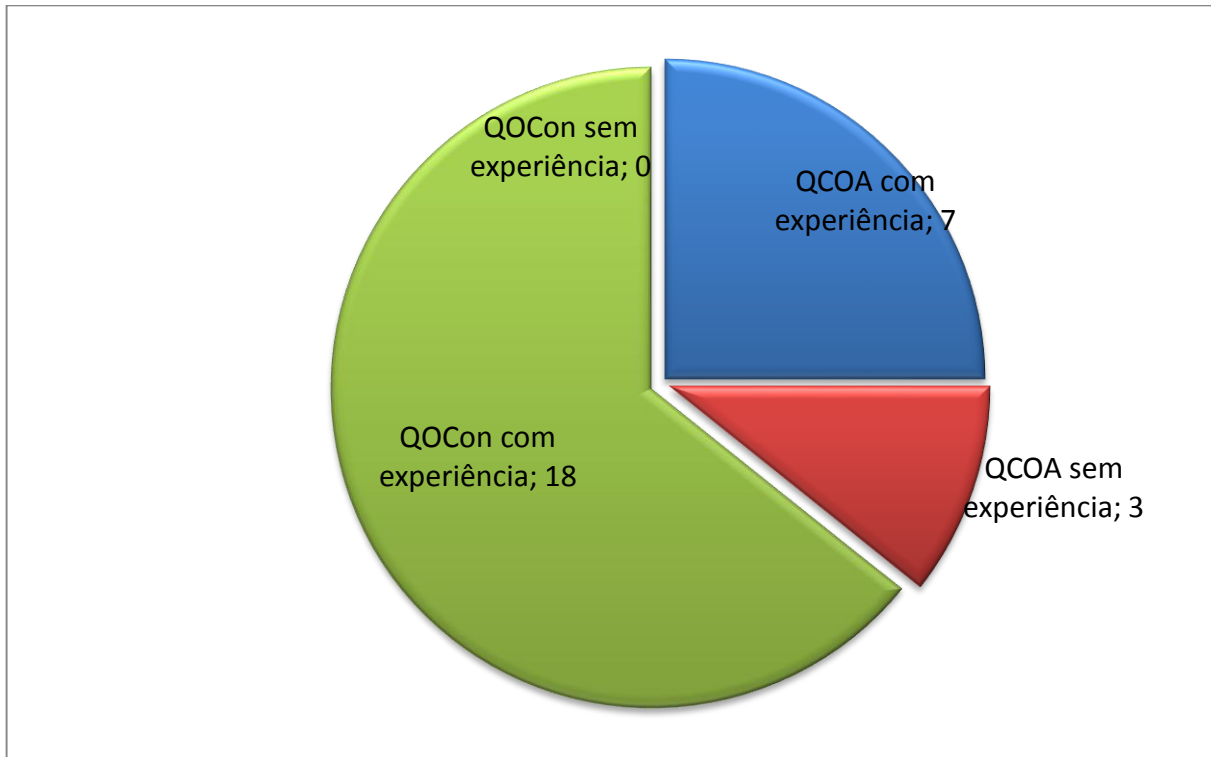
¹² Pós-graduações *stricto sensu* são os mestrados e doutorados, enquanto cursos de especialização são pós-graduações *lato sensu*.

graduação *stricto sensu* após ingresso na FAB, estes não concluíram o curso; e 5) oito dos arquivistas entrevistados não possuem nenhum tipo de pós-graduação, destes três pertencem ao quadro QCOA e cinco ao quadro QOCon.

Ainda sobre o **gráfico 11**, destaco o baixo número de arquivistas ingressantes em cursos de pós-graduação *stricto sensu* e a inexistência de profissionais titulados com doutorado.

O quarto fator analisado refere-se a experiência profissional anterior ao ingresso do arquivista na FAB. Desta maneira, é possível observar o seguinte gráfico:

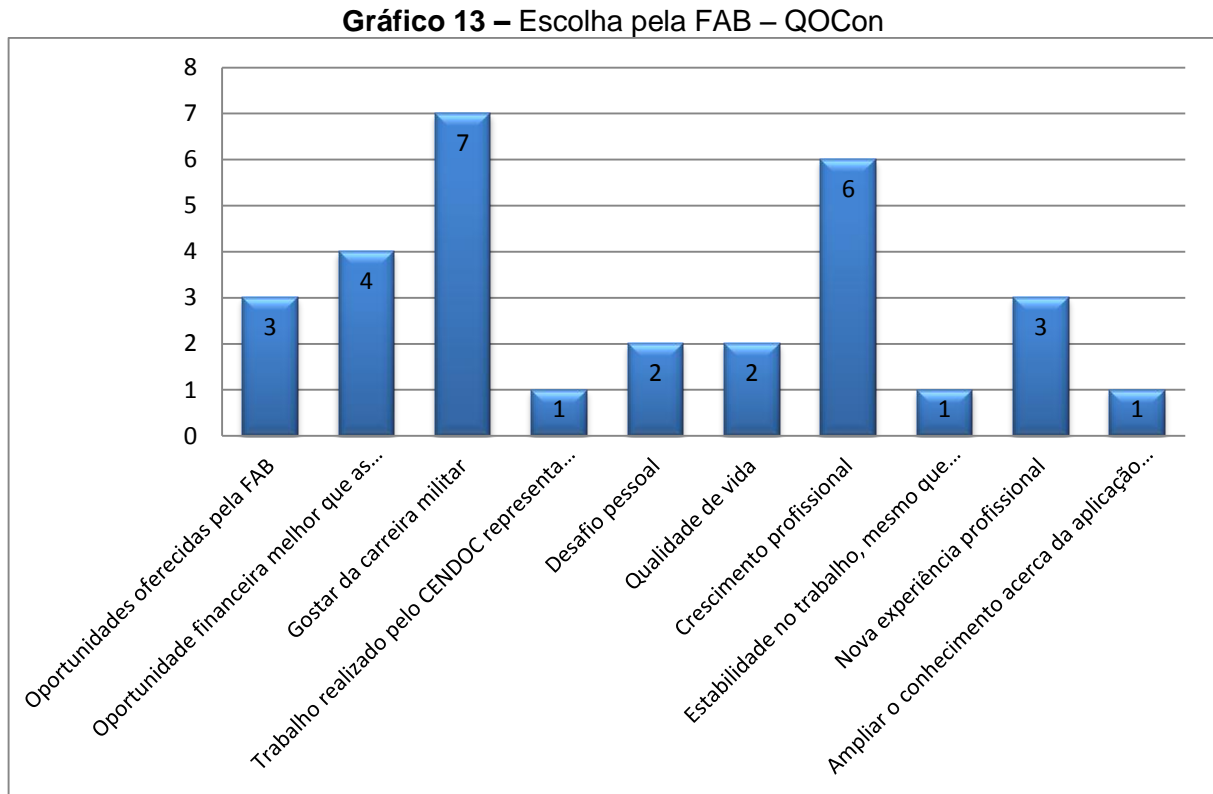
Gráfico 12 – Ilustrativo à experiência dos arquivistas da região do Rio de Janeiro no período anterior a entrada na FAB



Fonte: elaboração própria

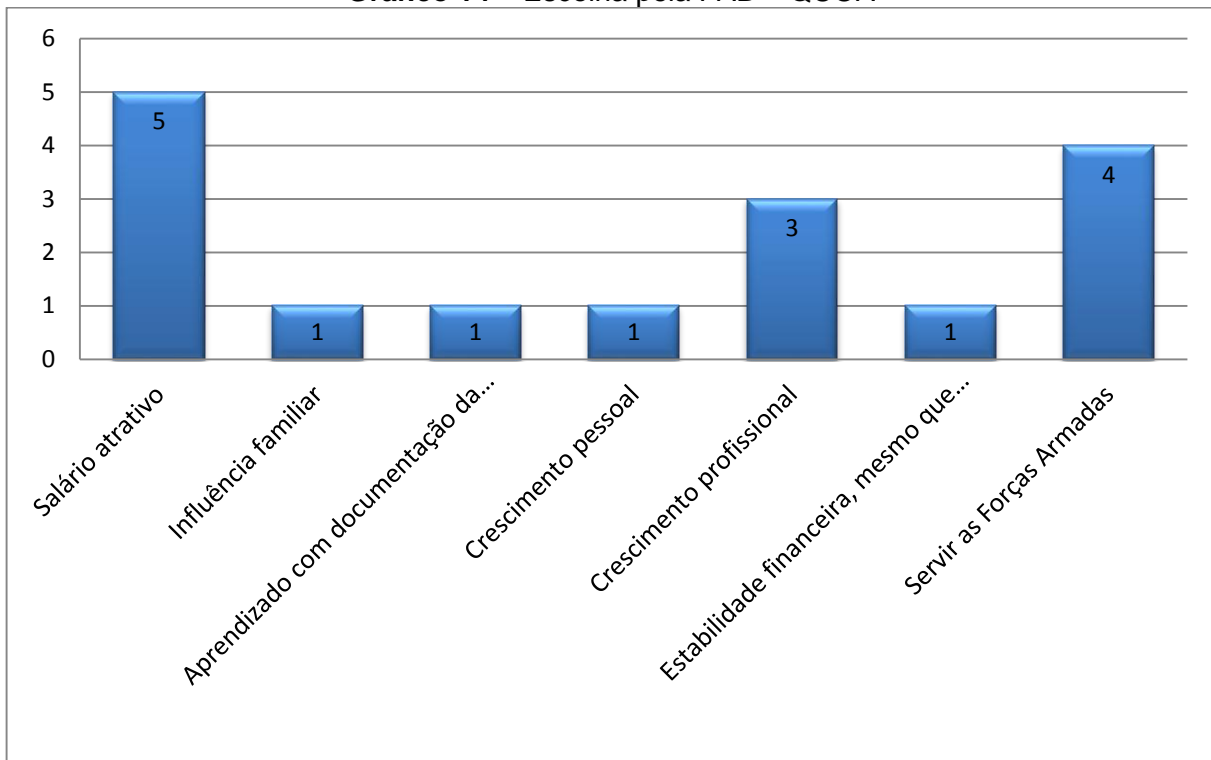
Visto que o tempo de experiência é um fator de avaliação para ingresso dos arquivistas do QOCon, o **gráfico 12**, que representa a experiência em serviços de arquivo dos arquivistas entrevistados anterior ao seu ingresso na FAB, onde são apresentados os seguintes fatores a serem observados: 1) todos os dezoito arquivistas do quadro QOCon possuem experiência em serviços de arquivo anterior ao seu ingresso na FAB; 2) dos dez arquivistas do quadro QCOA, sete possuem experiência; e 3) três declaram não possuir experiência em serviços de arquivos antes do seu ingresso como arquivista da FAB.

O fator de análise seguinte diz respeito a escolha por ingressar no serviço militar da FAB. Sobre esta questão foram verificados alguns apontamentos semelhantes, desta maneira representarei com o **gráfico 13** o quadro QOCon e com o **gráfico 14** o quadro QCOA. Deste modo, as respostas encontradas foram as seguintes:



Fonte: elaboração própria

Desta maneira, verificamos, a partir do **gráfico 13**, que as motivações para ingresso na FAB para os entrevistados pertencentes ao quadro QOCon são: pelas oportunidades oferecidas pela FAB; pela oportunidade financeira melhor do que as demais empresas do mercado; por gostar da carreira militar; pelo trabalho realizado pelo CENDOC representa para a Arquivologia; pelo desafio pessoal; pela qualidade de vida; pelo crescimento profissional; pela estabilidade no trabalho, mesmo que temporária; por uma nova experiência profissional; e para ampliar o conhecimento acerca das políticas de acesso.

Gráfico 14 – Escolha pela FAB – QCOA

Fonte: elaboração própria

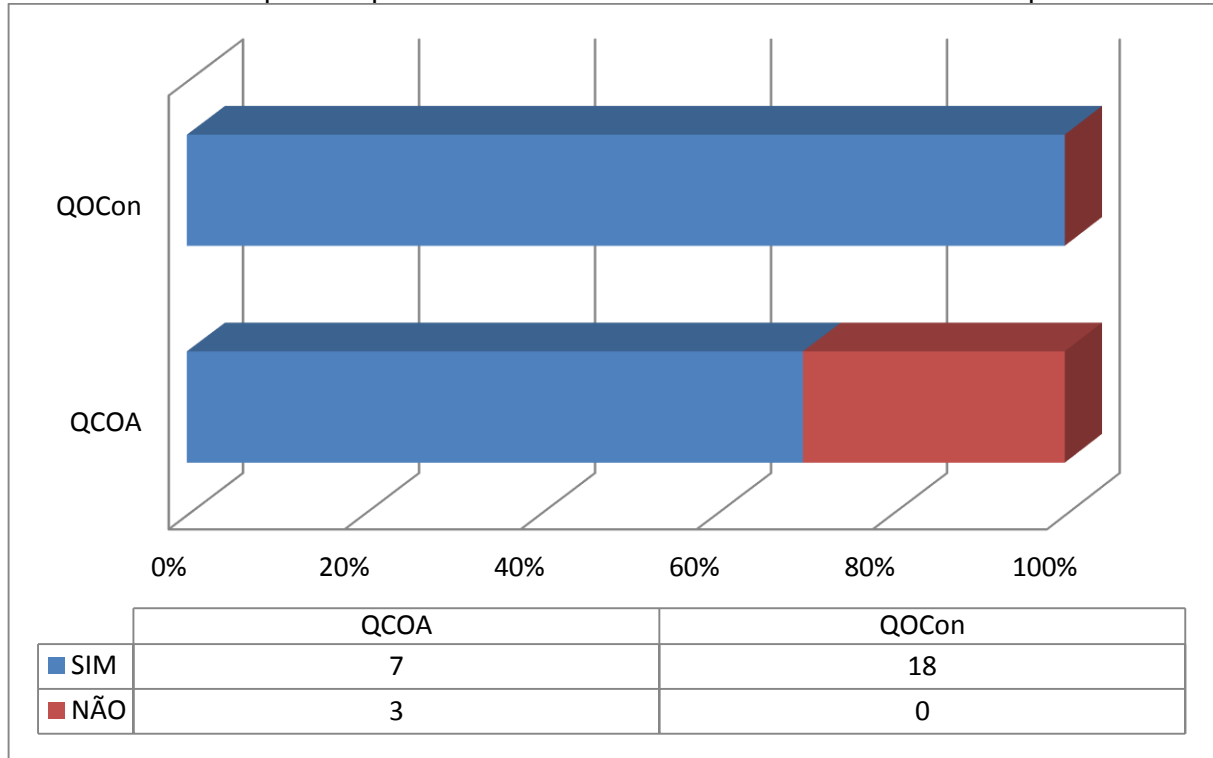
No **gráfico 13**, podemos observar as seguintes motivações para os arquivistas ingressantes na FAB na região do Rio de Janeiro através do quadro QCOA: pelo salário atrativo; pela influência familiar; pelo aprendizado com documentação da Administração Pública Federal; pelo crescimento pessoal; pelo crescimento profissional; pela estabilidade financeira, mesmo que temporária; e por servir as Forças Armadas.

Verificando o **gráfico 13** e o **gráfico 14**, que tratam dos motivos pelos quais os arquivistas escolheram ingressar na FAB através dos quadros QOCon e QCOA, respectivamente, podemos destacar as respostas que mais vezes apareceram nos questionários respondidos: 1) a vontade de servir as Forças Armadas; 2) o crescimento profissional; e 3) o salário atrativo em relação às demais empresas do mercado.

Outro fator analisado no trabalho foram as atividades realizadas nas OM pelos arquivistas. Alguns destes profissionais em resposta ao questionário relataram que não exercem atividades ligadas aos arquivos, portanto, de acordo com a sua especialidade. Desta maneira, foi elaborado o **gráfico 15**, onde apresenta-se o número de arquivistas que, atualmente, exercem atividades de acordo com a sua

especialidade e, da mesma forma, é apresentado também o número de de arquivistas que não exercem atividades ligadas aos serviços de arquivo.

Gráfico 15 – Arquivista que desenvolvem atividades de acordo com sua especialidade



Fonte: elaboração própria

No último fator de observação, destacam-se as atividades exercidas pelos arquivistas na FAB. Neste aspecto, verifica-se que no quadro QCOA sete arquivistas desenvolvem atividades relacionadas aos serviços de arquivo e três afirmaram não desenvolver tais atividades, enquanto todos os arquivistas do quadro QOCon realizam atividades des acordo com sua especialidade.

Ainda sobre o fator “atividades desenvolvidas”, foram constatadas, no **quadro 7**, as atividades relacionadas aos serviços de arquivo que são desenvolvidas pelos arquivistas do QCOA e QOCon em suas OM. Podemos, assim, destacar as respostas ao questionário no quadro a seguir:

Quadro 7 – Atividades relacionadas aos arquivos desenvolvidas pelos arquivistas dos quadros QCOA e QOCon

QCOA	QOCon
<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de álbum fotográfico, livro histórico e noticiário; 	<ul style="list-style-type: none"> • Localização de antigos prontuários médicos (ações judiciais);

<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de Protocolo; • Recebimento e expedição de documentos; • Gerenciamento Eletrônico de Documentos; • Tratamento de acervos de organizações extintas; • Planejamento e construção/atualização das publicações de normatização e/ou orientação relacionadas à gestão de documentos arquivísticos no âmbito do Comando da Aeronáutica; • Colaboração na elaboração do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo das Atividades-Fim do Ministério da Defesa; • Realização de visitas de assessoramento técnico e orientação à distância às demais Organizações Militares (OM) quanto à implantação de atividades de Gestão de Documentos no Comando da Aeronáutica; • Desenvolvimento e apresentação de palestras relacionadas à Gestão de Documentos; • Realização de treinamentos às Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos do 	<ul style="list-style-type: none"> • Atividades de Protocolo; • Localizar prontuários médicos extraviados; • Atender usuários do Serviço de Arquivo Médico e Estatística (SAME); • Arquivar documentos; • Recuperar documentos; • Atividades de Normatização; • Realizar visitas de Assessoramento em outras Unidades; • Realização da SPADAER (Subcomissão Permanente de Avaliação de Documentos do Comando da Aeronáutica); • Tramitação de documentos; Autuar processos; Organizar documentos; Produzir instrumentos de pesquisa; Fornecer número secundário para publicações geradas ou atualizadas no âmbito do COMAER; Receber documentos; Atividades de Registro; Classificação; • Avaliação; • Controle de documentos; • Distribuição; • Empréstimos; • Expedição de documentos; • Implementação da Gestão Arquivística na Unidade; • Atendimento à usuários internos e/ou externos;
--	--

<p>Comando da Aeronáutica (SPADAER);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assessoramento à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos de Arquivo do Comando da Aeronáutica (CPADAER); • Realização de treinamentos aos militares/civis de Protocolos e Arquivos Correntes e Intermediários do Comando da Aeronáutica; • Fornecimento de requisitos técnicos para o desenvolvimento do Sistema de Gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica (SIGADAER); • Análise, aprovação e homologação das versões atualizadas do SIGADAER; • Controle do Cadastro de Unidades Protocolizadoras; • Análise de Listagens de Eliminação de Documentos preenchidas pelas Subcomissões Permanentes de Avaliação de Documentos da Aeronáutica (SPADAER) das Organizações Militares; • Coordenação e elaboração de inventários relativos à documentação desclassificada sobre Objetos Voadores Não Identificados (OVNI); • Recolhimento de documentos de OM desativadas; • Organização de documentos; 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a Gestão Documental de todas as Unidades subordinadas ao COMGAP; • Projeto Solução Documental (microfilmagem e digitalização de documentos do COMAER); • Organização física do Arquivo; • Estabelecimento da Temporalidade Documental; • Elaboração das LEDs (Lista de Eliminação de Documentos); • Identificação de documentos; • Diagnósticos em arquivos; Controle de Publicações; • Gestão do SIGADAER (Sistema Informatizado da gestão Arquivística de Documentos da Aeronáutica); e • Atividades operacionais de Gestão de Documentos – pesquisa e localização de processos.
--	--

<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projetos de Arquivo. • Atendimento a usuários internos e externos; e • Projeto Solução Documental (microfilmagem e digitalização de documentos do COMAER). 	
--	--

Fonte: elaboração própria

No **quadro 8**, verifica-se no fator “atividades desenvolvidas”, os trabalhos desenvolvidos pelos arquivistas do QCOA e QOCon em suas OM que não estão relacionados aos serviços de arquivo.

Quadro 8 – Outras atividades desenvolvidas pelos arquivistas dos quadros QCOA e QOCon

QCOA	QOCon
<ul style="list-style-type: none"> • Licitações; • Contratos; • Gestão de Equipes; • Assessoria à chefia quanto a execução orçamentária, financeira e patrimonial; • Realização de auditoria interna na OM; • Gerenciar a Seção de Pessoal Militar; • Gerenciar a Seção Administrativa; • Avaliação de Documentos; Classificação de documentos; • Desclassificação e transferência de documentos para guarda temporária; e • Supervisão em Processos de eliminação de documentos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Setor de Comunicação Social;

Fonte: elaboração própria

No término dos questionários foram deixados espaços, caso optassem, para comentários dos pesquisados, pode-se destacar alguns deles, tais como:

“A atividade de Arquivologia vem, vagarosamente, se desenvolvendo na FAB, à medida que os profissionais conseguem conscientizar as autoridades da importância dos arquivos para a manutenção da história na Força.”

“Verifica-se um certo reconhecimento da importância da nossa área com as constantes contratações, contudo a falta de vaga no quadro de carreira me desmotiva.”

“O arquivista militar desenvolve outras atividades além das destinadas aos profissionais de arquivo, dentre elas: serviço armado, escalas de serviços administrativos da sua Organização Militar, escalas de desfiles em cerimônias.

Falta efetivo para desenvolvimento das atividades ligadas aos arquivos.”

De acordo com os comentários, aponta-se o reconhecimento do arquivista dentro da FAB enquanto profissional em destaque na instituição, verificando a necessidade do trabalho com os arquivos e a importância deste.

Encerrada a análise, pode-se salientar que, entre os profissionais participantes, foi verificado entusiasmo e boa vontade no que diz respeito a participação nesta pesquisa. Verificou-se, também, o respeito e o reconhecimento entre as chefias quanto às atividades desenvolvidas pelos profissionais de arquivo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da verificação de abertura de vagas em editais de convocação para ingresso na FAB, averigua-se a necessidade do profissional ligado às atividades de arquivo na referida Força Armada, onde podemos observar o ingresso destes no serviço militar através de concursos públicos e em processos seletivos.

O presente trabalho discorre sobre o perfil do arquivista ingressante na FAB, na região da cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 2007 e 2015, que tem como proposta principal analisar o perfil dos profissionais de Arquivologia que fazem parte do corpo de militares no serviço ativo da instituição na região do Rio de Janeiro.

Na elaboração desta pesquisa, como identificação da realidade do arquivista no âmbito militar, foi verificado o perfil que este ator público apresenta através dos seguintes fatores observados: Gênero; Nível escolar; Experiência profissional; Ano de ingresso na FAB; Idade de ingresso na FAB; Por que escolheu ingressar na FAB; Quadro de convocação que pertence; A Organização Militar que pertence; Se desenvolve atividades ligadas diretamente aos Arquivos; e Quais as principais atividades desenvolvidas no seu setor.

Como justificativas para execução deste trabalho, pode-se apontar a inexistência do tema de pesquisa na literatura de Arquivologia e por ser a própria realidade na qual a autora está inserida. Além disso, a pesquisa se justifica ainda por corresponder às inquietações surgidas acerca das representações dos arquivistas da FAB.

Na composição da investigação, utilizou-se, como análise teórica, pautada na Sociologia das Profissões, a verificação do grau de reconhecimento do profissional da Arquivologia no Brasil. A partir do conceito de profissão, pôde-se averiguar que o arquivista atinge tal reconhecimento, pois dispõe de legislação que regula sua profissão; possui formação superior, desta maneira está habilitado para o seu exercício de acordo com sua qualificação e especialização; e, por fim, verifica-se a existência de mercados abertos, no caso desta pesquisa, a demanda pela necessidade do profissional na FAB.

Foi também analisado nos marcos teóricos, o papel do Arquivo Nacional, do DASP e da FGV na promoção de cursos, concursos e regularização da profissão de arquivista.

Verificamos a presença dos atores responsáveis pelas atividades ligadas aos arquivos como agentes públicos, destacando as ações do DASP, na década de 1940, na realização de estudos visando a promoção de concursos para as carreiras de arquivista e arquivologista e de nomes como: Eugênio Vilhena de Moraes, José Honório Rodrigues e Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco ambos diretores do Arquivo Nacional em 1922-1938, 1958-1964 e 1980-1991, respectivamente; Maria de Lourdes Costa e Souza e Marilena Leite Paes, na constituição do arquivo na FGV na década de 1950; e Theodore Roosevelt Schellenberg em visita ao Brasil na década de 1960.

Destacam-se, na década de 1970, com apoio da AAB, no I CBA, a apresentação proposta de currículo mínimo para os cursos de nível superior em Arquivologia no Brasil. Desta maneira, verificamos a criação do primeiro curso de graduação em Arquivologia, com a transferência do CPA para FEFIERJ, atual UNIRIO, no ano de 1976. Neste mesmo período pode-se salientar a implantação dos cursos na UFSM, em 1976, e na UFF, em 1978. Constatou-se que, atualmente, são dezesseis cursos de Arquivologia criados entre os anos de 1976 até 2011.

Ainda nos marcos teóricos foram analisadas as legislações acerca da regularização das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, através da Lei nº 6.546/78, e da lei de arquivos, através da Lei nº 8.159/91.

Com a pesquisa, observou-se que na década de 1950, através do DASP, com a publicação de edital para preenchimento de vagas para o cargo de arquivista, seria possível ingressar no MAER. Verificou-se, desta maneira, o ingresso de duas arquivistas, que permaneceram na condição de civil, e encontravam-se lotadas nas Unidades DIRMA, hoje DIRMAB, e MUSAL.

Após a entrada destas profissionais, verificou-se somente a partir da década de 1980 nova abertura de edital para ingresso de arquivistas na FAB, também por meio de concursos públicos, porém, neste momento para integrar o corpo de militares da referida Força Armada através do quadro QFO, onde previa somente o ingresso de mulheres para ocupação de diversas especialidades, dentre elas a de Arquivologia.

A partir do ano de 2004, verificou-se a incorporação de arquivistas através do quadro QCOA por meio de concurso público, com provas teóricas, segundo a

especialidade do profissional, onde visavam destacar o conhecimento teórico, e no ano de 2013 através do quadro QOCon, é evidenciada a valorização do conhecimento prático na área de atuação do profissional por meio de avaliação curricular em processo seletivo. Estes quadros visavam o ingresso para arquivistas de ambos os sexos.

Tratando na seção 5 do objetivo principal desta pesquisa – a análise do perfil dos profissionais de Arquivologia – foi verificado, no SIGPES, em julho de 2014, em uma primeira medição, que existiam vinte e nove arquivistas, destes, um pertencia ao quadro QFO, doze ao QCOA e, por fim, dezessete ao QOCon.

Após mapeamento e atualização da situação dos arquivistas, em segunda medição, em março de 2015, através do SIGPES foram verificadas discrepâncias em relação aos dados coletados em julho de 2014: saída dos arquivistas AQV01, AQV02 e AQV17, pertencente aos quadros QFO, QCOA e QOCon, respectivamente; e ingresso dos AQV30, AQV31, AQV32 e AQV33, todos pertencentes ao quadro QOCon. Desta maneira, tínhamos, neste momento, o total de trinta arquivistas.

A partir deste panorama, também em março de 2015, foi elaborado um questionário para aplicação aos arquivistas que fazem parte do corpo de militares da FAB na região do Rio de Janeiro, onde pode-se destacar, primeiramente, que todos que estão atualmente no serviço ativo da instituição ingressaram entre os anos de 2007 até 2015 e pertencem a quadros temporários – quadros QCOA e QOCon –, que preveem oito anos de contrato, podendo ser estendido este período por até mais um ano, completando, assim, o total de nove anos na prestação do serviço militar ativo.

Verificamos, segundo mapeamentos no SIGPES, que existe o total de trinta arquivistas distribuídos em dezoito OM na cidade pesquisada. Deste, dez arquivistas pertencem ao quadro QCOA e vinte ao quadro QOCon. Observou-se que dois profissionais optaram por não participar da pesquisa, estes pertencentes ao quadro QOCon.

Os arquivistas da FAB são, em sua maioria, mulheres. Do total de vinte e oito arquivistas participantes da pesquisa, oito são homens e vinte são mulheres. Estas representam 80,77% do total de profissionais de arquivo lotados em OM do Rio de Janeiro na instituição.

Como fator de observação foi destacado também a idade média de ingresso dos arquivistas da FAB através dos quadros QCOA e QOCon, neste aspecto os participantes têm 30,8 e 31 anos, respectivamente.

Na pesquisa também foi analisada a instituição de formação e o grau de especialização que possuem os arquivistas. Sobre a formação, verificou-se que entre os arquivistas dos quadros QCOA e QOCon dezessete são formados pela UNIRIO, dez pela UFF e um pela UNESP. Nesta primeira questão observada, foi destacado que alguns dos arquivistas participantes da investigação, mudaram das cidades onde residiam para cursar graduação em Arquivologia em outras cidades. Em relação ao grau de especialização dos pesquisados, foi verificado que doze pertencentes ao quadro QOCon e seis do QCOA possuem especialização na área, três do quadro QOCon e dois do QCOA cursaram mestrado, enquanto oito não possuem nenhum tipo de pós-graduação. Destacou-se também neste fator, o baixo número de arquivistas com mestrado e a inexistência de titulados com doutorado.

No fator que verifica o tempo de experiência do pesquisado em relação aos serviços de arquivo anterior ao seu ingresso na FAB, ressalta-se o número de dezoito arquivistas do quadro QOCon que afirmaram possuir este aspecto, enquanto no quadro QCOA sete declararam possuir experiência enquanto três não possuem.

Outro elemento pesquisado foram as razões para a escolha pela FAB. Neste aspecto, pode-se destacar os três motivos que mais apareceram como resposta de cada quadro: QOCon – Por gostar da carreira militar, pela oportunidade de crescimento profissional e pela oportunidade financeira melhor do que as demais empresas do mercado; QCOA – Pelo salário atrativo, pela vontade de servir as Forças Armadas e pela oportunidade de crescimento profissional.

Por fim, no último fator de observação, destacaram-se as atividades inerentes aos arquivistas na FAB. Neste ponto foi explicitado que vinte e cinco arquivistas desenvolvem atividades de acordo com sua especialidade, enquanto três afirmam não desempenhar atividades relacionadas aos serviços de arquivo.

Ao final dos questionários, caso optassem, os participantes poderiam deixar comentários livres de questões que lhes fossem relevantes. Ressaltou-se o reconhecimento do arquivista dentro da FAB e a necessidade do trabalho com os arquivos e sua importância na instituição.

Desta maneira, após a análise dos fatores eleitos para verificação nesta pesquisa, foi traçado o perfil do arquivista da FAB, sendo este: mulher; com idade média de ingresso de 31 anos; formado pela UNIRIO; com pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, não possuindo doutorado; que possui experiência em serviços de arquivo anterior ao seu ingresso na FAB; tendo as seguintes motivações para ingresso

na FAB: Por gostar da carreira militar, pela oportunidade de crescimento profissional e pela oportunidade financeira melhor do que as demais empresas do mercado; na FAB desenvolve atividades em sua OM de acordo com sua especialidade; e tem contrato temporário com a FAB de até 8 anos no serviço militar ativo.

Faz-se importante destacar que ao final desta pesquisa foi verificado, em junho de 2015, a abertura de novo edital de convocação para ingresso de vinte e cinco arquivistas no quadro QOCon em todo o Brasil, sendo destes, doze profissionais para ingresso na região do Rio de Janeiro na FAB.

REFERÊNCIAS

- ANCONA LOPEZ, André Porto. O “Ser” e o “Estar” arquivista no Brasil de hoje: regulamentação e trabalho profissional. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 219-232, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/2041>>. Acesso em: 01 nov. 2014.
- BRASIL. Lei nº 4.902, de 16 de dezembro de 1965. **Dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4902imprensa.htm>. Acesso em: 02 jul. 2015.
- _____. Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. **Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 19 ago. 2014.
- _____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 27 set. 2014.
- _____. Lei nº 12.797, de 4 de abril de 2013. **Dispõe sobre a criação do Quadro de Apoio – QOAp no Corpo de Oficiais da Ativa do Comando da Aeronáutica e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12797.htm>. Acesso em: 02 nov. 2014.
- _____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº 158/GC3, de 25 de março de 2008. **Aprova a reedição da ICA 36-13 – Instrução Reguladora do Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, nº 60, 31 mar. 2008.
- _____. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante. Portaria nº 44/GC3, de 26 de janeiro de 2010. **Aprova a reedição da ICA 36-14 – Instrução Reguladora do Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados**. Boletim do Comando da Aeronáutica, Brasília, DF, nº 25, 5 fev. 2010.
- _____. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **História Geral da Aeronáutica Brasileira: Da Criação do Ministério da Aeronáutica até o final da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Villa Rica, 1991. Coleção História Geral da Aeronáutica Brasileira – Vol.3. p. 616.
- _____. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às**

atividades-fim do Ministério da Defesa / Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA. – Brasília: Ministério da Defesa, Gerência de Atos e Procedimentos, Protocolo-Geral e Arquivo, 2010.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivística: Objetos, princípios e rumos.** Associação de Arquivistas de São Paulo. São Paulo, 2002.

BONELLI, M.G.; DONATONI, S. Os estudos sobre as profissões nas Ciências Sociais Brasileiras. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n. 41, p.109-142, 1º sem. 1996.

BASTOS, Aurélio Wander Chaves; ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. A legislação e a política de arquivos no Brasil. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v.4, v.5, n.2, n. 1, p. 19-33, jul./dez. 1989, jan./jun. 1990.

COOK, Terry. **Arquivos pessoais e arquivos institucionais:** para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. In: Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio de Janeiro, nov. 1997a.

COSTA, Nathaly Rodrigues da. O Arquivista para as instituições dos poderes judiciário e legislativo federal: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 32-54, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/40/23>>. Acesso em: 19 ago. 2014.

COUTURE, C.; MARTINEAU, J.; DUCHARME, D. **A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo.** Tradução Luís Carlos Lopes. Brasília: FINATEC, 1999.

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DERRIDA, J. **A Escritura e a Diferença.** Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São Paulo: Perspectiva, 2002

DESLANDE, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

DUARTE, Zeny. Arquivo e arquivista: conceituação e perfil profissional. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio** – Universidade do Porto, Vol. V, p. 141-151, 2007.

FERREIRA, Myrtes da Silva. Cursos do Arquivo Nacional. **Revista Arquivo & Administração.** Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), Rio de Janeiro, nº 1, ano I, abr 1973. p. 12-16.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 124.

FRANCO, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira. Uma política de gestão de documentos: preparar a documentação do Século XX para o Século XXI. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, nº 8, ano 4, abr 1984. p. 17-20.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 31, p. 141-154, 1996. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=206:rbc31&catid=69:rbc3&Itemid=399>. Acesso em 25 jun. 2014.

_____. **O renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: EDUSP, 1998.

GONÇALVES, Eliane Silveira. **O impacto do estágio no aprendizado do curso de Arquivologia: o caso da Universidade Federal Fluminense**. 2008. 60f. Originalmente apresentada como Monografia em Curso de Graduação em Arquivologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008.

JARDIM, J. M.; FONSECA, M.O. (Org.). **A formação do Arquivista no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1999.

_____. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf>. Acesso em: 29 de ago.2015.

_____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). **Ci. Inf. [online]**. 1998, vol.27, n.3, pp. 00-00. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/vn27n3/27n3a01.pdf>. Acesso em: 29 de ago. 2015.

KECSKEMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: **Revista Acervo**, v. 3, n. 2, jul-dez 1988. p. 5-9.

LOPES, Luis Carlos. A arquivística no Brasil vista pelo olhar do outro, do estrangeiro. Niterói: **Revista do mestrado em comunicação, imagem e informação: Contra Campo**, nº1, jul/dez, 1997. Disponível em: <www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/download/361/164>. Acesso em: 04 de jun. 2015.

_____. O mercado de trabalho dos profissionais da informação do Rio de Janeiro e de Niterói. **Ciberlegenda**, nº 1, 1998. Disponível em: <<http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/237/132>>. Acesso em: 28 de jan. 2015.

MACHADO, Helena Corrêa. Política municipal de arquivos: considerações sobre um modelo sistêmico para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Revista Acervo**, v. 2, n. 2, p. 43-54, jul./dez. 1987.

MACHADO, M. H. Sociologia das profissões: uma contribuição ao debate teórico. In: MACHADO, M. H. (org.). **Profissões de Saúde: uma abordagem sociológica**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 1995. p. 13-33.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha, RODRIGUES, Georgete Medleg. **Os cursos de Arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico-institucional e delineamento de um campo científico**. In: XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2008, Goiânia, GO. XV Congresso Brasileiro de Arquivologia. Goiânia: Associação de Arquivologia de Goiás, 2008.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interloquções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 399 f. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

_____. A construção do campo científico da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, v. 1, p. 101-117, 2008. – Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICI/article/view/1622/2332>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), 2014. 224p.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo - Rio de Janeiro: Hucitec/ Abrasco. Cap. 2 (Fase exploratória da pesquisa: p. 89 a 104) – ed. 1992.

MONTEIRO, Norma de Góes. O desafio dos arquivos nos Estados federalistas. Rio de Janeiro: **Revista Acervo**, v.1, n.2, jul-dez 1986. p. 137-251.

_____. Reflexões sobre o ensino arquivístico no Brasil. Rio de Janeiro: **Revista Acervo**, v. 3, n. 2, jul-dez 1988. p. 79-89.

MORIGI, Valdir José; VEIGA, Alexandre. Esfera Pública Informacional: os arquivos na construção da cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/639/1444>>. Acesso em: 29 de ago. 2015.

PINTO, Leonor Gaspar; OCHÔA, Paula. Observar a profissão: fundamentos, metodologias e práticas. In: PINTO; Leonor Gaspar; OCHÔA, Paula (org.). **A imagem das competências dos profissionais de Informação-Documentação**. Lisboa: Observatório da Profissão de Informação-Documentação (OP I-D), 1ª ed, 2006.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. **Repensando a Arquivística contemporânea**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004. p 41. (Papéis avulsos; 48)

_____. A formação em Arquivologia: o conhecimento desafiando estudantes e professores. **Arquivística.net**, v. 2, n.1, p. 22-33, 2006.

SOUZA, Katia Isabelli Melo de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Trad. De Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. Téc. De Gabriel Cohn, 4ª Ed. 3ª reimpressão – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. 464p.

APÊNDICE A

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Pesquisa Científica

Esta é uma pesquisa de cunho científico que tem como intuito a elaboração de um trabalho de dissertação a ser realizado no âmbito da Força Aérea Brasileira (FAB). Este trabalho é parte do requisito para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

A pesquisa está sendo desenvolvida pela mestrande Raquel Fernandes Tavares, 2º Tenente QOCON Arquivista da Aeronáutica, sob a orientação da Professora Drª Priscila Ribeiro Gomes. O objetivo geral é analisar o perfil dos Arquivistas ingressantes na FAB, a fim de elaborar um quadro com as informações coletadas.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
 Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
 Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ
 Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos – MPGA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo selecionado para participar da pesquisa intitulada, inicialmente: “O PERFIL DO ARQUIVISTA DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO”. O objetivo geral é identificar o perfil do Arquivista militar do Comando da Aeronáutica (COMAER). Entretanto, essa participação não é obrigatória, ficando-lhe facultada a desistência ou a retirada do consentimento, sem qualquer prejuízo pessoal.

Será observada a discrição inerente a um trabalho de pesquisa, sendo garantido o sigilo das identidades em todo o processo, conforme desejado pelo entrevistado(a).

Será aplicado pela pesquisadora um questionário com o intuito de fornecer informações para, ao final desta investigação, elaborar o perfil do Arquivista ingressante na Força Aérea Brasileira.

Vale ressaltar que não há nenhum risco relacionado com a sua participação. Caso aceite participar, estará contribuindo para a visibilidade do profissional de arquivo, visto que os arquivos militares são historicamente importantes e, sob esta perspectiva, podem derivar em esclarecimentos sobre a necessidade de contratação de Arquivistas para as instituições militares.

O presente questionário será utilizado no desenvolvimento da pesquisa da mestranda em Gestão de Documentos e Arquivos, Raquel Fernandes Tavares, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, ficando autorizada a fazer uso para elaboração da Dissertação de Mestrado para o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos.

Desejando obter informações sobre o andamento do projeto ou esclarecer eventuais dúvidas, favor fazer contato com:

Raquel Fernandes Tavares
 (pesquisadora)
 rfernandestavares@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Unirio
 cep.unirio09@gmail.com

Declaro que entendi os objetivos e os benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Entrevistado(a)

Raquel Fernandes Tavares
 Mestranda

QUESTIONÁRIO APLICADO

Nome: _____

Sexo: Feminino Masculino

Idade: _____

Naturalidade: _____

Nível escolar:

Graduação

Instituição: _____ Ano de formação: _____

Curso(s): _____

Especialização

Instituição: _____ Ano de formação: _____

Curso(s): _____

Mestrado

Instituição: _____ Ano de formação: _____

Curso(s): _____

Doutorado

Instituição: _____ Ano de formação: _____

Curso(s): _____

Experiência profissional: _____

Ano de ingresso na FAB: _____ Idade de ingresso na FAB: _____

Por que escolheu ingressar na Aeronáutica? _____

A qual quadro de convocação pertence? _____

Organização militar: _____

Desenvolve atividades ligadas diretamente aos Arquivos?

SIM NÃO

Quais são as principais atividades desenvolvidas no seu setor? _____

Comentários: _____

ANEXO A

ORGANIZAÇÕES MILITARES DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

NUM.	SIGLA	NOME DA UNIDADE
1.	1º GAVCA	PRIMEIRO GRUPO DE AVIAÇÃO DE CAÇA
2.	1º GCC	PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÕES E CONTROLE
3.	1º GTT	PRIMEIRO GRUPO DE TRANSPORTE DE TROPA
4.	1º/16º GAV	PRIMEIRO ESQUADRÃO DO DÉCIMO SEXTO GRUPO DE AVIAÇÃO
5.	1º/1º GCC	PRIMEIRO ESQUADRÃO DO PRIMEIRO GRUPO DE COMUNICAÇÕES E CONTROLE
6.	1º/1º GT	PRIMEIRO ESQUADRÃO DO PRIMEIRO GRUPO DE TRANSPORTE
7.	1º/2º GT	PRIMEIRO ESQUADRÃO DO SEGUNDO GRUPO DE TRANSPORTE
8.	2º/2º GT	SEGUNDO ESQUADRÃO DO SEGUNDO GRUPO DE TRANSPORTE
9.	3º ETA	TERCEIRO ESQUADRÃO DE TRANSPORTE AÉREO
10.	3º/8º GAV	TERCEIRO ESQUADRÃO DO OITAVO GRUPO DE AVIAÇÃO
11.	ASOCEA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL DO CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

12.	BAAF	BASE AÉREA DOS AFONSOS
13.	BAGL	BASE AÉREA DO GALEÃO
14.	BASC	BASE AÉREA DE SANTA CRUZ
15.	BINFAE-AF	BATALHÃO DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA ESPECIAL DOS AFONSOS
16.	BINFAE-GL	BATALHÃO DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA ESPECIAL DO GALEÃO
17.	BINFAE-RJ	BATALHÃO DE INFANTARIA DA AERONÁUTICA ESPECIAL DO RIO DE JANEIRO
18.	CBNB	COLÉGIO BRIGADEIRO NEWTON BRAGA
19.	CCA-RJ	CENTRO DE COMPUTAÇÃO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO
20.	CDA	COMISSÃO DE DESPORTOS DA AERONÁUTICA
21.	CECAFA	CENTRO DE CATALOGAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS
22.	CECATI	COMISSÃO DE ESTUDOS E COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS TÉCNICOS INTERNACIONAIS
23.	CEMAL	CENTRO DE MEDICINA AEROESPACIAL
24.	CENDOC	CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO AERONÁUTICA
25.	CEPE	CENTRO DE ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA
26.	CFIAE	CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA
27.	CCABEG	CASA GERONTOLÓGICA DE AERONÁUTICA
28.	CGNA	CENTRO DE GERENCIAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA

29.	CIEAR	CENTRO DE INSTRUÇÃO ESPECIALIZADA DA AERONÁUTICA
30.	CISCEA	COMISSÃO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
31.	COMFIREM -CELMA	COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO DE MATERIAL JUNTO À CIA. CELMA
32.	COMGAP	COMANDO-GERAL DE APOIO
33.	CTLA	CENTRO DE TRANSPORTE LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA
34.	DCI	DEPÓSITO CENTRAL DE INTENDÊNCIA
35.	DECEA	DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO
36.	DIRAP	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL
37.	DIRENG	DIRETORIA DE ENGENHARIA DA AERONÁUTICA
38.	DIRINT	DIRETORIA DE INTENDÊNCIA
39.	DIRMAB	DIRETORIA DE MATERIAL AERONÁUTICO E BÉLICO
40.	DIRSA	DIRETORIA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA
41.	DTCEA-AF	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DOS AFONSOS
42.	DTCEA-GL	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DO GALEÃO
43.	DTCEA-PCO	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO: PICO DO COUTO
44.	DTCEA-SC	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO DE SANTA CRUZ

45.	DTCEATM-RJ	DESTACAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO E TELEMÁTICA DO RIO DE JANEIRO
46.	DTI	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA AERONÁUTICA
47.	EAOAR	ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA
48.	ECEMAR	ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA
49.	ESG	ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
50.	GAL	GRUPAMENTO DE APOIO LOGÍSTICO
51.	GAP-RJ	GRUPAMENTO DE APOIO DO RIO DE JANEIRO
52.	GAPS	GRUPAMENTO DE APOIO DA SAÚDE
53.	GEIV	GRUPO ESPECIAL DE INSPEÇÃO EM VÔO
54.	HAAF	HOSPITAL DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS
55.	HCA	HOSPITAL CENTRAL DA AERONÁUTICA
56.	HFAG	HOSPITAL DE FORÇA AÉREA DO GALEÃO
57.	ICA	INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA
58.	II FAE	SEGUNDA FORÇA AÉREA
59.	III COMAR	TERCEIRO COMANDO AÉREO REGIONAL
60.	IMAE	INSTITUTO MEDICINA AEROESPACIAL BRIGADEIRO MÉDICO ROBERTO TEIXEIRA
61.	INCAER	INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA

62.	IPA	INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA AERONÁUTICA
63.	JJAER	JUNTA DE JULGAMENTO DA AERONÁUTICA
64.	LAQFA	LABORATÓRIO QUÍMICO-FARMACÊUTICO DA AERONÁUTICA
65.	MUSAL	MUSEU AEROESPACIAL
66.	OASD	ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA SANTOS-DUMONT
67.	PAAF	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DOS AFONSOS
68.	PAGL	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DO GALEÃO
69.	PAMA-AF	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DOS AFONSOS
70.	PAMA-GL	PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DO GALEÃO
71.	PAMB-RJ	PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO
72.	PAME-RJ	PARQUE DE MATERIAL DE ELETRÔNICA DA AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO
73.	PASC	PREFEITURA DE AERONÁUTICA DE SANTA CRUZ
74.	PIPAR	PAGADORIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA AERONÁUTICA
75.	Policlinica	POLICLÍNICA DE AERONÁUTICA DA BARRA DA TIJUCA
76.	SBDA	SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO AEROESPACIAL
77.	SEGECAE	SERVIÇO GERAL DE CORRESPONDÊNCIA E ARQUIVO DA AERONÁUTICA
78.	SERIPA III	TERCEIRO SERVIÇO REGIONAL DE INVESTIGAÇÃO E PREVENÇÃO DE ACIDENTES AERONÁUTICOS

79.	UNIFA	UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA
80.	V FAE	QUINTA FORÇA AÉREA

Fonte: <http://www.fab.mil.br/organizacoes/estado/RJ>